

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANNA CAROLINA SENS DA SILVA

**BOEMIA, SOCIABILIDADE E RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA DA IMPRENSA
EM CURITIBA DURANTE A DITADURA MILITAR**

CURITIBA

2018

ANNA CAROLINA SENS DA SILVA

**BOEMIA, SOCIABILIDADE E RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA DA IMPRENSA EM
CURITIBA DURANTE A DITADURA MILITAR**

Documento monográfico apresentado como requisito parcial à conclusão da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCCII), do curso de Comunicação Social – Jornalismo do Setor de Artes, Comunicação e Design (Sacod) da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. dr. José Carlos Fernandes

CURITIBA

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os brasileiros que permitiram e permitem que o acesso à universidade pública, gratuita e com ensino de qualidade seja uma realidade. Portanto, meu agradecimento é também à Universidade Federal do Paraná, que me acolheu como estudante nos últimos anos e me transformou como indivíduo. Estendo este agradecimento à Université Grenoble Alpes, na França, que foi minha casa por um semestre e ampliou minha visão de mundo.

Agradeço ao meu orientador, José Carlos Fernandes, por ter mergulhado de cabeça comigo no projeto; nunca esquecerei sua dedicação. Minha admiração é infinita. Meu agradecimento também é para todos os professores que compartilharam seu conhecimento comigo. Àqueles que entrevistei e que contribuíram com a pesquisa, minha eterna gratidão.

Agradeço e dedico este trabalho à minha mãe, aquela que sonhou comigo desde o primeiro momento. Ao meu padrasto, pelos infinitos debates que me levaram ao conhecimento. Ao meu irmão, pelo amor incondicional. Ao meu pai, pelo apoio. Agradeço aos meus avós, sem os quais eu não teria chegado até aqui. Ao meu tio, por ser um exemplo. À minha tia, pelo carinho. À Kezia, por deixar o livro tão bonito.

Agradeço à Bruna, por estar comigo desde sempre. À Leticya, por ser a primeira leitora. Ao Nickolas, por torcer e ajudar com tudo que era possível. À Victoria, que me inspira e é meu porto seguro. Agradeço a Arthur, Mariana, Bruna e Valsui, pelas boas conversas. Ainda a Jean, Moreno, Helena, João e João Victor, por estarem comigo nas aulas e nos intervalos. À Heloisa, pelas fotografias que tanto gostei.

Agradeço à Monique, pelas palavras que sempre me colocam para cima. Aos meus amigos do Centro Acadêmico para a vida: Thais, Kaype, Letícia e Artur. Agradeço à Bebacos, pelos momentos de descontração na reta final. Ao Reinaldo Bessa, por me ensinar a ver além do óbvio.

Meu agradecimento se estende aos projetos que me permitiram conhecer melhor a universidade: à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, ao Festival de Inverno, às atividades acadêmicas, ao período de monitoria, ao Jorlab e aos estágios que me desenvolveram como profissional.

Agradeço a todos aqueles que me ouviram falando sobre bares e ditadura militar durante esse período. O resultado está aqui.

RESUMO

A ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) foi um regime autoritário marcado pela censura e repressão. O período ficou conhecido como “anos de chumbo” na história do Brasil, principalmente por retirar direitos civis e políticos dos cidadãos e se utilizar de violência nos aparelhos do Estado. Naturalmente, parte da sociedade se opôs ao governo e passou a enfrentá-lo com atos de resistência democrática, sendo os mais conhecidos os que se deram em organizações afinadas com as práticas de guerrilha. Mas a resistência não se esgota nesse cenário. A partir de conceitos da sociologia, entende-se que ações do cotidiano contribuem para a formação da sociedade, como por exemplo, a sociabilidade, o comportamento, a cultura e o uso de espaços de lazer. Este projeto investiga de que maneira a sociabilidade serviu como motor de resistência democrática, a partir de encontros despretensiosos em bares e restaurantes. Parte-se aqui das memórias de jornalistas atuantes em Curitiba no período da ditadura militar, dentre os que tinham por hábito frequentar bares diariamente e presenciaram ali troca de informações e reações à censura, dentre outros. Os depoimentos de 15 jornalistas geraram um livro-reportagem que interliga os conceitos de resistência democrática e sociabilidade em um período de exceção democrática.

Palavras-chave: ditadura militar; sociabilidade; resistência democrática; jornalismo literário; livro-reportagem.

ABSTRACT

Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985) was an authoritarian regime marked by censorship and repression. The period was known as "years of lead" in Brazil's history, mainly to remove civil and political rights from citizens and to use violence in state apparatus. Naturally, part of society opposed the government and started to face it with acts of democratic resistance, the best known being those that have been in organizations tuned with guerrilla practices. But resistance was not only in this scenario. From concepts of sociology, it is understood that daily actions contribute to the formation of society, such as sociability, behavior, culture and use of leisure spaces. This project investigates how sociability served as an engine of democratic resistance, from unpretentious encounters in bars and restaurants. It is part of the memoirs of journalists who worked in Curitiba during the period of military dictatorship, habitually attended bars every day and witnessed an exchange of information and reactions to censorship, among others. The testimonies of 15 journalists generated a book-report that interconnects the concepts of democratic resistance and sociability in a period of democratic exception.

Keywords: brazilian military dictatorship; sociability; democratic resistance; literary journalism; book report.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - JORNALISTAS ENTREVISTADOS.....	56
---	----

LISTA DE SIGLAS

AI-5	-	Ato Institucional Número Cinco
ALN	-	Aliança Libertadora Nacional
Arena	-	Aliança Renovadora Nacional
Danc	-	Diretório Acadêmico Nilo Cairo
Doi-Codi	-	Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
Dops	-	Departamento de Ordem Política e Social
MEC	-	Ministério da Educação
MPB	-	Música Popular Brasileira
MR-8	-	Movimento Revolucionário Oito de Outubro
OAB	-	Ordem dos Advogados do Brasil
PCB	-	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	-	Partido Comunista do Brasil
PDT	-	Partido Democrata Trabalhista
PIB	-	Produto Interno Bruto
PMDB	-	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
STF	-	Supremo Tribunal Federal
Ubes	-	União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UEE	-	União Estadual dos Estudantes
UFPR	-	Universidade Federal do Paraná
UNE	-	União Nacional dos Estudantes
UME	-	União Metropolitana dos Estudantes
UPE	-	União Paranaense dos Estudantes
Usaid	-	United States Agency for International Development
VAR-Palmares	-	Vanguarda Armada Revolucionário Palmares

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 DITADURA MILITAR NO BRASIL	13
2.1 RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA NOS ANOS DE CHUMBO	16
2.1.1 Exemplos de resistência democrática no Paraná	18
2.2 OUTRAS FORMAS DE RESISTIR	21
3 SOCIABILIDADE: UM TEMA INVISÍVEL	25
3.1 CALABOUÇO, VARELLA E CENÁRIOS DE RESISTÊNCIA	30
3.2 SOCIABILIDADE EM CURITIBA NAS DÉCADAS DE 60 E 70	36
3.3 OS BARES, OS JORNALISTAS E A RESISTÊNCIA	40
4 MEMÓRIA	46
5 JORNALISMO E LITERATURA.....	49
5.1 LIVRO-REPORTAGEM	51
5.2 E-BOOK.....	52
6 METODOLOGIA.....	55
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	59
APÊNDICE 1 - ENTREVISTA NILSON MONTEIRO.....	65
APÊNDICE 2 - ENTREVISTA DANTE MENDONÇA	77
APÊNDICE 3 - ENTREVISTA ADÉLIA LOPES.....	87

1 INTRODUÇÃO

O presente documento monográfico busca investigar e especular como a resistência à ditadura civil-militar (1964-1985) se deu em esferas privadas, como espaços de lazer e convivência, partindo do contexto da frequência constante de jornalistas em bares de Curitiba no período. Ao costurar relações entre resistência democrática e sociabilidade, é possível descobrir, por exemplo, que atos cotidianos também são ações políticas.

Para tal, o primeiro passo foi revisar a bibliografia a respeito da ditadura militar, desde seus motivos até os modos em que foi combatida, no Brasil e no Paraná, bem como em Curitiba. O regime autoritário, marcado pela censura e repressão, foi combatido por parte da população, especialmente em setores da sociedade voltados à esquerda. Houve resistência “bruta”, com organização política, mas também reação nas miudezas e em espaços impensados.

A busca por entender a resistência democrática através de documentos e livros históricos se deparou com menções a espaços como bares e restaurantes; teatros e cinemas; festas e festivais, que se utilizavam do contexto para protestar; porém nunca como protagonistas, e sim apenas como pano de fundo.

Mas é de conhecimento geral, por exemplo, o uso da música popular brasileira para combater a censura, o surgimento do Cinema Novo como forma de protesto e outras ramificações culturais que ganharam teor político devido ao período em que foram consolidadas. Da mesma forma, há dois acontecimentos em escala nacional, ocorridos durante a ditadura, que têm restaurantes como pano de fundo: o assassinado de Edson Luís, estudante paraense, no restaurante universitário Calabouço, no Rio de Janeiro; e o assassinato de três militantes no restaurante Varella, em São Paulo.

Situada em Curitiba, a pesquisa buscou compreender quais eram os espaços de sociabilidade na cidade durante a ditadura militar, com foco nas décadas de 1960 e 1970. Com este mapeamento é possível identificar certos tipos de comportamento (e se há alguma relação com a resistência), sendo o mais importante, neste caso, os encontros de jornalistas em bares no centro da cidade.

Esse costume se deu pela proximidade entre as redações e os bares, a questão do horário de sair da redação – geralmente após a meia-noite, e o fato de os

jornalistas enxergarem o bar como um espaço de debate e oxigenação em meio a um ambiente repressivo. Visto que a mídia era um dos principais alvos de censura do regime militar, se torna possível analisar o bar como espaço de resistência, válvula de escape e oportunidade para conversas de teor político.

Com a escassez de material bibliográfico específico sobre o assunto, posto que a sociabilidade é muitas vezes deixada de lado, houve a necessidade de encontrar personagens e fontes que vivenciaram essa realidade e poderiam contar sua história. Quinze jornalistas foram entrevistados na busca por rememorar os tempos passados e entender, de fato, como era a relação dos mesmos com os bares.

O resultado das entrevistas foi a reflexão de que os bares eram um espaço de resistência, ainda que informal, diante de uma realidade truculenta. Eram os principais pontos de encontro para falar sobre política, por exemplo, bem como uma forma de não ser visto como “subversivo” por estar aglomerado – o que era crime à época.

O material coletado, tanto com as entrevistas quanto em livros e jornais, foi reestruturado para se tornar um livro-reportagem, escrito de forma literária, para contar a história e mostrar, através da experiência de jornalistas boêmios atuantes em Curitiba durante o regime militar, que a resistência democrática também é possível a partir da sociabilidade.

Tal livro, intitulado *A Luta Bebe Cerveja*, foi publicado em formato digital para facilitar o acesso ao público, sendo gratuito e interativo, dadas as facilidades permitidas a um e-book. A pesquisa, qualitativa, objetiva também mostrar um outro lado da ditadura militar no Brasil. Mais de cinquenta anos após o golpe de Estado, é necessário não deixar que as lembranças a respeito sejam apagadas, mas sim que voltem à memória da sociedade de quantas formas forem possíveis.

A pesquisa foi dividida em quatro capítulos. O primeiro faz um retrospecto a história da ditadura militar no Brasil e busca um panorama geral da resistência democrática, trazendo exemplos no Paraná e também explorando outras formas de resistir – a partir da cultura, do comportamento e do lazer. Aqui, ainda se vê um panorama geral para entender essas ações de resistência, com foco nacional.

Já o segundo capítulo adentra o universo da sociologia a partir da teoria de George Simmel (2006): sociabilidade, que é a troca entre indivíduos, fundamental para a construção da sociedade. Esta troca vai desde diálogos até ações ínfimas, mas essenciais para transformar um único indivíduo em um ser social que vive em

comunidade. O conceito de sociabilidade levanta outro dilema: por muito tempo, foi deixado tão de lado, que passou a ser visto quase de forma invisível.

É necessário vasculhar materiais históricos para encontrar menções à sociabilidade relacionadas à política, justamente o foco da pesquisa, pois o tempo de lazer do trabalhador nem sempre é visto como importante. A partir daí a pesquisa traz exemplos em filmes, livros, séries e materiais históricos em que é possível ver a sociabilidade como forma de resistência, e também em acontecimentos reais, como os já citados casos dos restaurantes Calabouço e Varella.

O segundo capítulo se estende ao mapear os espaços de sociabilidade em Curitiba nas décadas de 1960 e 1970, na busca por entender em que ambientes estava inserida a sociedade da época. E com essa descoberta, a frequência diária de jornalistas em bares centrais: já não tratados mais “apenas” como um espaço de lazer, mas de oxigenação, troca de informações, debates políticos e, sim, resistência, principalmente por parte da imprensa, que sofria com a censura e repressão.

Para chegar a essa conclusão, foi necessário obter depoimentos de quem viveu aquele momento, e os personagens escolhidos foram quinze jornalistas que atuaram em Curitiba na época da ditadura militar. Através do método de entrevista de profundidade, foram gravadas cerca de 29 horas de gravação, bem como visitados os espaços que existem até os dias de hoje. Uma pesquisa em jornais locais da época foi realizada para entender a relação da imprensa com o ambiente da noite curitibana.

O uso de tais momentos, embora visto como pesquisa qualitativa, se estende ao terceiro capítulo, que abrange a temática da memória, tanto a coletiva explicitada na obra de Maurice Halbwachs (1990) quanto sobre o uso da história oral em pesquisas, citado em Alessandro Portelli (2006). Além de o método de entrevistas ser jornalístico, também é aplicado em pesquisas para rememorar o passado.

Mais adiante, o quarto capítulo justifica a escolha da plataforma de livro-reportagem para registrar esta costura entre sociabilidade e resistência, de forma a explicitar a teoria de jornalismo literário, principalmente a partir de autores como Edvaldo Pereira Lima (1993, 1995), Eduardo Belo (2006) e Felipe Pena (2006). Neste ponto, a pesquisa também traz modelos de livro-reportagem que foram inspiração, como *Chega de Saudade* (1990) de Ruy Castro. É ainda destacado o surgimento do jornalismo literário, a partir do *New Journalism*, no início do século XX, e suas aplicações.

Há a fundamentação ao fato de o livro-reportagem *A Luta Bebe Cerveja* ser uma publicação digital, trazendo à tona a história desse tipo de meio de comunicação, a partir do *Project Gutenberg* até o mercado editorial de e-books atual no Brasil.

A pesquisa admite que mudanças não se dão apenas em macroestruturas, mas também na esfera da vida privada e nas organizações políticas mais sutis. Por fim, vale trazer à tona que a investigação foi realizada 50 anos após a proclamação do Ato Institucional Nº 5, de forma que se mostra necessária para reafirmar a luta por liberdade e democracia que ocorreu no século passado, se atentando a detalhes do cotidiano que muitas vezes passam despercebidos.

2 DITADURA MILITAR NO BRASIL

Em abril de 1964, um golpe de estado deu início à ditadura civil-militar no Brasil¹, ao destituir o governo de João Goulart, o Jango, presidente desde 1961, em substituição a Jânio Quadros, de quem era vice. Goulart propunha reformas de base no país, com mudanças tributárias, educacionais, agrárias e administrativas que previam maior intervenção do Estado na economia.

No contexto da Guerra Fria, com profundas polarizações entre socialistas e capitalistas (URBAN, 2008, p. 39) movidas pela luta ideológica e sem combates diretos entre os Estados Unidos e a União Soviética, as chamadas “Reformas de Base” foram rejeitadas por parte da população brasileira, que temia uma possível aproximação do regime comunista ao país. O medo de que o Brasil se tornasse “uma Cuba” contaminava as classes médias, num eco da condecoração de Jânio a Che Guevara, em 1961.

Com apoio das Forças Armadas, setores sociais mais conservadores, fortalecidos pela classe média, fizeram ampla campanha contra Jango, a exemplo de manifestações contra o governo, como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que reuniu cerca de 300 mil pessoas em São Paulo, no dia 19 de março de 1964. Outras manifestações semelhantes ocorreram nos dias posteriores em diversas capitais (HELLER, 1988, p. 21). Até que, no dia 31, os militares depuseram o presidente João Goulart e assumiram o poder, prometendo ser um “movimento em defesa da ordem constitucional” (GASPARI, 2002, p. 122). Jango² se exilou no Uruguai, o que confirmou o fim de seu governo.

O primeiro presidente do regime militar foi o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967). Durante o mandato, ele decretou atos institucionais que oficializaram as ações militares no poder; ele aboliu o pluripartidarismo no Brasil. Os únicos partidos existentes durante o regime foram Arena (Aliança Renovadora

¹ O termo ditadura civil-militar passou a ser usado no lugar de apenas ditadura militar devido à presença de oligarquias e setores sociais específicos da burguesia como pano de fundo às ações do governo.

² O presidente João Goulart morreu no exílio em 1976, e até hoje seu desaparecimento é cercado de controvérsias (CONY. LEE, 2003), como a de assassinato e queima de arquivo. Para muitos, o pedetista teria sido envenenado. Reiterando a tese da importância dos espaços de sociabilidade, Jango era *habitué* da noite carioca e se pode afirmar com certa segurança que despachar em bares e boates fazia parte de sua política. O jornalista Ruy Castro levanta parte dessa rotina no livro *A noite do meu bem* (2015), ao citar a presença de Jango nas boates cariocas “grã-finas” Vogue’s, Sacha’s e Night and Day, essa última na Cinelândia do Rio de Janeiro, mas também em bordéis, cabarés e bares considerados baratos (CASTRO, 2015).

Nacional) e PDT (Partido Democrata Trabalhista). O presidente vedou a Constituição da República Federativa do Brasil de 1946. Passou a interferir diretamente em governos estaduais e municipais, colocou-se contra a reforma agrária e aprovou a lei antigreve (URBAN, 2008). Neste período também foram instituídas a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional, entre outras leis de exceção, como passaram a ser chamadas.

Desde o início, o novo regime político foi autoritário e consumou cassações, exílio, censura, tortura, repressão e assassinatos, especialmente a quem reagia contra o governo (CARVALHO, 1998). Ainda assim, considera-se que Castelo Branco seguia uma política mais branda (a “dita branda”), com o intuito de que o governo militar fosse temporário.

Em março de 1967, Castelo Branco foi pressionado a passar a faixa presidencial a um general da chamada “linha dura” do Exército, Artur da Costa e Silva (1967-1969), ex-ministro da Guerra. A divisão entre os militares tinha de um lado os mais moderados, que pretendiam o retorno da democracia, e os mais próximos da linha dura, grupo que pretendia a prorrogação do regime e temia que o país voltasse aos moldes políticos anteriores a 1964.

Existiu uma identidade, uma relação e um conflito entre o regime instalado em 1964 e sua manifestação mais crua da essência repressiva que o Estado assumiu na sua obsessão desmobilizadora da sociedade: a tortura. Durante os 21 anos de duração do ciclo militar, sucederam-se períodos de maior ou menor racionalidade no trato das questões políticas. Foram duas décadas de avanços e recuos, ou, como se dizia na época, “aberturas” e “endurecimentos”. (GASPARI, 2002, p. 131)

O governo de Costa e Silva ficou conhecido como o período de maior endurecimento do regime militar, e também por uma sequência de protestos contrários ao seu *status quo*. Foi desta época, por exemplo, a Passeata dos Cem Mil, em 1968. Maior protesto contra a ditadura, envolveu estudantes, artistas, intelectuais e outras camadas da sociedade até então indiferentes aos rumos da política (ZAPPA. SOTO, 2008).

Com o crescente descontentamento social com o regime, munido por protestos e indignação, especialmente do movimento estudantil e operário, em dezembro de 1968 foi decretado o Ato Institucional N.º 5, que marca o início dos chamados “Anos de Chumbo”. Sem vigência de prazo, o AI-5 representou total

controle do Estado sobre os cidadãos, revogando liberdades individuais, civis e políticas.

No dia seguinte, 13 de dezembro, que ficou registrado como um dos mais sombrios de toda a história do país, os militares baixaram o Ato Institucional n.5, o AI-5, autorizando o governo, entre outras medidas ditatoriais, a decretar em caráter excepcional, isto é, sem apreciação judicial, o recesso do Congresso Nacional, a intervenção nos estados e municípios, a cassação de mandatos parlamentares, a suspensão por dez anos dos direitos políticos de qualquer cidadão, o confisco dos bens considerados ilícitos e a suspensão da garantia de habeas corpus, o que, na prática, permitia a tortura e o abuso contra os presos. Respaldados pelo AI-5, os militares começaram a punir indiscriminadamente, numa campanha atemorizante de prisões, intimações, invasões de residências. (ZAPPA. SOTO, 2008, p. 268)

O argumento pela defesa do AI-5 era acabar com o que julgavam ser movimentos subversivos, que porventura incentivassem o comunismo. Entretanto, o controle total representou o fechamento do país ao poder ditatorial dos militares. Com a morte de Costa e Silva em 1969, o general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) se torna o terceiro presidente do regime.

O principal foco do governo Médici era o crescimento econômico do Brasil. O aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e a nova classe média formalizaram o que mais tarde ficou conhecido como “milagre econômico”, escondendo os “porões da ditadura”, em que opositores ao regime eram mortos e torturados sob proteção institucional (HELLER, 1988). Médici manteve a linha dura de Costa e Silva em todo período que foi presidente

Médici foi sucedido pelo general Ernesto Geisel (1974-1979), que iniciou uma abertura, segundo ele, “lenta, gradual e segura” do regime militar, rumo à democratização. Geisel extinguiu o AI-5, dez anos depois de seu decreto, caracterizando o início de uma autorreforma no governo. Apesar de se afastar da linha dura de seus antecessores, foi durante o governo Geisel o assassinato do jornalista Vladimir Herzog³, em 1975.

³ O culto ecumênico em protesto à morte de Herzog, na Praça da Sé, em São Paulo, constituiu um marco na resistência à ditadura militar. Cerca de 8 mil pessoas se reuniram em uma manifestação após o culto (MAKUN. HERZOG, 1985). O jornalista teve sua morte simulada, como sendo um enforcamento. O caso se arrastou na Justiça, até os anos 2000, quando foram dirimidas todas as dúvidas sobre o assassinato no Doi-Codi (Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna).

Seguindo a abertura iniciada por Geisel, o último presidente da ditadura militar, João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), prometeu, em seu discurso de posse, fazer “deste país uma democracia”. Assim, concedeu anistia⁴ aos presos políticos, permitiu o retorno dos exilados, extinguiu o bipartidarismo e expandiu o caminho para a redemocratização do país.

A luta pela abertura ganhou contornos expressivos com a campanha Diretas Já, que teve início em 1982 e foi concretizada em 1985, em certa medida, com a eleição de Tancredo Neves, por voto indireto, sendo o primeiro presidente não-militar após cinco generais. Com a morte de Neves antes da posse, o vice-presidente José Sarney assumiu, simbolizando o fim do regime militar brasileiro, após 21 anos.

Estima-se que 434 pessoas foram mortas ou são dadas como desaparecidas pelo regime militar, de acordo com relatório da Comissão Nacional da Verdade⁵, finalizado em 2014 (COMISSÃO, 2014, p. 27). Mais de cem tipos de tortura diferentes foram identificados (ARNS, 1985) pelo projeto Brasil Nunca Mais, criado pelo Conselho Mundial de Igrejas e da Arquidiocese de São Paulo, que relata a atuação violenta do governo em busca de trazer tais acontecimentos à tona. Além disso, sabe-se que houve violência direta contra a imprensa, movimentos contrários ao regime e a sociedade em geral. Foram “2 mil torturados, 4.500 pessoas privadas de direitos civis, 10 mil exilados, 50 mil detidos nos primeiros meses pós golpe, 2.828 sentenciados à prisão pela Justiça Militar” (CARVALHO, 1998, p. 19).

2.1 RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA NOS ANOS DE CHUMBO

Desde seu início, a oposição à ditadura civil-militar motivou movimentos de resistência democrática, expressos de maneiras distintas, ora mais espontâneos, ora mais organizados. Sabe-se que “os estudantes eram o principal e mais atuante setor

⁴ Com a Lei da Anistia, promulgada no dia 28 de agosto de 1979, foram perdoados todos aqueles que estavam em julgamento, ou foram condenados, por crimes políticos e eleitorais. Também foi concedida a anistia àqueles que tiveram seus direitos políticos retirados. Há uma controvérsia com relação à lei, que privilegiaria também os torturadores e agentes do regime militar com o perdão institucional. Em 2008, o conselho da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que a Lei da Anistia fosse revisada para não favorecer agentes da ditadura. Em 2010, o pedido foi recusado e a lei passou a ser imutável (SALOMÃO, 2014).

⁵ A Comissão Nacional da Verdade é um órgão federal temporário criado com o intuito de registrar violações contra os direitos humanos no Brasil e resgatar a história das vítimas, no período que compreende os anos de 1946 a 1988. Com maior destaque a crimes ocorridos durante a ditadura militar, a Comissão existiu entre 2011 e 2014 e publicou relatórios com base em depoimentos e documentos históricos.

de oposição à ditadura militar” (ZAPPA. SOTO, 2008, p. 228). Assim, alguns dos primeiros atos do regime incluíram tornar ilegal a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e também entidades da União Estadual dos Estudantes (UEE), por meio da Lei Suplicy (uma menção a Flávio Suplicy de Lacerda, paranaense, que foi reitor da UFPR). A sede da UNE no Rio de Janeiro, que também abrigava a Ubes, foi incendiada, e a entidade passou a agir de maneira clandestina (URBAN, 2008).

A esquerda no Brasil era, até então, centralizada no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1962, o partido foi fragmentado com o surgimento do Partido Comunista do Brasil (PC do B), mas só a partir de 1966 essa dissolução ficou mais visível (HELLER, 1988, p. 306). Enquanto a estrutura mais institucional do PCB defendia a luta pacífica e conciliadora contra a ditadura, movimentos revolucionários se inspiravam nas recentes Revolução Cultural Chinesa e Revolução Cubana (ZAPPA. SOTO, 2008).

O debate interno em cada organização é intenso e gera constantemente a formação de novas correntes, das quais muitas defendem a luta armada como única saída para derrubar a ditadura e mudar o destino do país. As estratégias variam da ação armada urbana e o foco guerrilheiro rural, todas com forte influência das estratégias usadas na Guerra do Vietnã, da revolução cubana e, principalmente, das propostas de Che Guevara para a América Latina. (URBAN, 2008, p. 19)

Entre as principais organizações contrárias ao regime militar, pode-se citar como exemplo o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), a Ação Libertadora Nacional (ALN) e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Os militantes, com o tempo, passaram a agir em clandestinidade, muitas vezes trocando de estado, de organização e até modificando o próprio nome. “São muitos os estudantes que deixam tudo para trás – escola, família, amigos, trabalho – transformando-se em militantes que atuam em fábricas, associações de moradores ou no campo” (URBAN, 2008, p. 193). As organizações guerrilheiras utilizavam locais chamados de “aparelhos” como fachada para a vida clandestina. Eram casas comuns, nas periferias, onde os militantes fingiam ter um dia a dia normal. Narrativas sobre o período mencionam também bares como lugares de fachada, para encontros furtivos e pontos de circulação de informações.

Há uma crítica posterior por parte dos próprios guerrilheiros com relação à escolha pela luta armada (ZAPPA. SOTO, 2008). Mas, à época, foi uma alternativa encontrada pelos chamados ‘revolucionários’ para enfrentar o Estado militarizado. A esquerda armada é responsabilizada pela morte de 134 pessoas, além de ter agido em sequestros de diplomatas, carros e aviões; assaltos a bancos e estabelecimentos diversos; e provocado explosões em quartéis (CARVALHO, 1998, p. 19).

2.1.1 Exemplos de resistência democrática no Paraná

À época do golpe, o governador do Paraná era Ney Braga (1961-1965), figura controversa da política paranaense, simpático ao regime militar, mas não de todo. Em 1965, foi escolhido por Castelo Branco para assumir o Ministério da Agricultura. Mais tarde, foi também ministro da Educação, sob o governo Geisel, que ainda o indicou para voltar ao governo do Paraná (HELLER, 1988, p. 63), para um segundo mandato em 1979, já quando findava o regime militar.

Vale ressaltar a atuação do governador Paulo Pimentel (1966-1971), eleito do PDT por voto direto e, após, a predominância de vitórias de governadores da Arena em todo o período militar. Foram eles: Haroldo Leon Peres (1971-1971), Pedro Viriato Parigot de Souza (1971-1973), João Mansur (1973-1973), Emílio Hoffmann Gomes (1973-1975), Jaime Canet Júnior (1975-1979), Ney Braga (1979-1982) e José Hosken de Novais (1982-1983), todos eleitos indiretamente. O último governador do Paraná no período militar foi José Richa (1983-1986), eleito do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) por sufrágio universal.

Assim como no resto do país, o movimento estudantil no Paraná se destacou, num período em que era visível “o sufoco vivido pelos professores e alunos em uma época caracterizada pelo obscurantismo” (HELLER, 1988, p. 281). Um dos marcos nacionais foi a implantação de acordos MEC-Usaid (Ministério da Educação e Cultura e United States Agency International of Development), orientados por norte-americanos em apoio aos militares, para reformular o ensino no Brasil.

E começou a reforma do ensino: encurtaram o curso primário, juntaram com o ginasial, misturaram o clássico e o científico – antigas opções do ensino médio – e o resultado foi que o Brasil passou a ter um tempo menor de formação escolar. Além disso, os técnicos norte-americanos decidiram tornar obrigatório o ensino de língua inglesa e cortaram ou reduziram matérias consideradas antiquadas, como filosofia, latim e história. Aos poucos, o acordo MEC-Usaid se estende a outros níveis de ensino e chega à universidade (URBAN, 2008, p. 89).

A principal mudança seria transformar a universidade pública em privada. Em 1968, o então reitor da Universidade Federal do Paraná, Flávio Suplicy de Lacerda⁶ tentou introduzir o pagamento de taxas anuais para calouros. Os universitários se reuniam no porão do Restaurante Universitário para entender o acordo MEC-Usaid⁷. Os encontros culminaram em reivindicações estudantis contra a anuidade, iniciadas com protestos em maio daquele ano, quando ocorreria o vestibular, o que culminou com a prisão de mais de 50 universitários no quartel da Polícia Militar. Solidários, cerca de dois mil estudantes protestaram frente ao local exigindo a libertação dos colegas, o que realmente aconteceu algumas horas depois (URBAN, 2008). No dia seguinte, a Reitoria da Universidade Federal do Paraná (UFPR) foi ocupada. O fato é lembrado pelo então presidente da União Paranaense dos Estudantes (UPE), Stênio Sales Jacob, em depoimento para a obra de Milton Ivan Heller, *Resistência democrática – a repressão no Paraná*:

Tratamos dos detalhes para a ocupação da reitoria, sabendo que o governo ia jogar a sua força policial no Politécnico e que a reitoria estaria disponível. Quando saímos do Danc pela manhã e fomos a praça Santos Andrade, cada um já tinha dito ao seu grupo o que fazer. Ocupamos a reitoria, fato que teve repercussão nacional (HELLER, 1988, p. 295).

Sem atos de depredação à universidade, para que os estudantes não fossem caracterizados como vândalos, uma das ações memoráveis da ocupação da Reitoria

⁶ O engenheiro civil Flávio Suplicy de Lacerda também fez parte dos paranaenses convidados a ocupar ministérios no regime militar. Ao lado de Ney Braga e de Ivo Arzua Pereira, Suplicy esteve à frente da pasta da Educação, no governo Castelo Branco.

⁷ Informação concedida à autora deste trabalho em entrevista de pré-pesquisa com a pesquisadora Maria do Carmo Marcondes Brandão Rolim, no dia 10/04/2018. Ela é professora aposentada da Universidade Federal do Paraná na área de Ciências Sociais, onde concluiu a graduação em 1972 e pôde vivenciar situações de luta contra o regime militar dentro da sala de aula. Maria do Carmo é especialista em sociabilidade.

foi a derrubada do busto de Flávio Suplicy de Lacerda. Em seguida, estudantes se armaram contra uma possível ação policial com instrumentos que tinham à disposição. Cerca de quatro mil policiais se deslocaram do Centro Politécnico para a reitoria (HELLER, 1988), onde os estudantes expuseram quais eram as motivações da ocupação: o cancelamento do vestibular, a suspensão de apoio governamental a ações policiais e a resolução da questão de taxas anuais aos universitários. Jacob prossegue:

Quando a polícia começou a se retirar, nós aplaudimos e improvisamos um coro, dizendo que a polícia também é povo. Recolocamos os paralelepípedos, devolvemos os pés-de-cabra e as barras de ferro, e saímos em passeata pela rua XV de Novembro, arrastando o busto do Suplicy, porque ele não era digno de ser homenageado pela universidade (HELLER, 1988, p. 297).

Por fim, a Assembleia Legislativa se posicionou contra Suplicy e suspendeu o pagamento de anuidades na UFPR, cerca de dois dias após a tomada da Reitoria.

Em outubro de 1968, apenas alguns meses após a ocupação, a União Nacional dos Estudantes (UNE) organizou seu 30.º Congresso, com o objetivo de eleger um novo presidente. Arquitetado de forma clandestina, o Congresso ocorreu no sítio Murundu, em Ibiúna, no oeste de São Paulo, e reuniu cerca de 1,2 mil estudantes de todo o país. A movimentação na cidade, entretanto, chamou a atenção de moradores locais, e o sítio foi cercado por policiais do Departamento de Ordem Política e Social, o Dops. Na ocasião, foram presos 700 estudantes, sendo 44 paranaenses (URBAN, 2008, p. 199).

A prisão dos universitários paranaenses gerou comoção no estado. O movimento estudantil organizou uma passeata em Curitiba, na Rua XV de Novembro, reunindo cerca de 600 manifestantes contra o ocorrido em Ibiúna. Quem foi preso no Congresso pôde retornar ao Paraná, mas os protestos locais continuaram. Uma segunda manifestação contou com a participação de professores, bancários e comerciantes, além de universitários (URBAN, 2008), mas foi fortemente reprimida pela polícia.

Essa manifestação começou na Praça Santos Andrade, seguiu pela Rua XV e se tornou um “campo de batalha” entre a Biblioteca Pública do Paraná, na qual alguns se refugiaram; a Praça 19 de Dezembro, onde a cavalaria estava posicionada; e a

Casa do Estudante Universitário, próxima ao Passeio Público, local em que os estudantes fizeram barricadas para afastar a polícia⁸. Na ocasião, 22 estudantes foram presos e liberados ainda no mesmo dia.

Com a dissolução do Congresso de Ibiúna, cada estado decidiu realizar um minicongresso. No Paraná, ocorreu em 17 de dezembro de 1968, na Chácara do Alemão, localizada no Boqueirão, em Curitiba. Os estudantes acreditavam que era possível fingir que o minicongresso era um churrasco, uma festa, mas, realizado após o AI-5, próximo a um quartel do Exército e dadas as últimas manifestações em Curitiba, logo a Polícia Militar invadiu a chácara (BORDIN; LORIANNY, 2013). Todos os 42 presentes no minicongresso foram detidos, sendo que 15 foram condenados efetivamente, alguns por quatro e outros por dois anos (URBAN, 2008, p. 222). O episódio de prisões na Chácara do Alemão foi diferente de outras detenções recentes, em que os estudantes eram liberados no mesmo dia, o que demonstrou o crescente endurecimento do regime ao longo dos anos.

Outro exemplo da resistência democrática no Paraná ocorreu mais tarde, em 12 de janeiro de 1984. Curitiba protagonizou o primeiro comício da campanha Diretas Já (OLINDA, 2009), centralizado na Boca Maldita. O protesto teve divulgação fraca e foi organizado pelo então presidente do PMDB estadual, Álvaro Dias.

Em depoimento para a jornalista Caroline Olinda, da *Gazeta do Povo*, em 2009, Dias afirma que organizou “o comício em 12 dias e o resultado surpreendeu. Conseguimos reunir 60 mil pessoas na Boca Maldita” (OLINDA, 2009). Há divergências quanto ao número de manifestantes. Na mesma reportagem, o ex-deputado federal Nilson Sguarezi diz que “havia, no mínimo, 30 mil pessoas”; e o advogado Luiz Haj Mussi afirma que “conseguimos reunir entre 10 mil e 15 mil pessoas”. A capital paranaense é considerada pioneira das Diretas Já.

2.2 OUTRAS FORMAS DE RESISTIR

Percebe-se que a luta em prol da democracia não se restringiu à luta armada e a movimentos da esquerda tradicional, na busca por alcançar esferas sociais que

⁸ O presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas, do curso de Direito da UFPR, Vitório Sorotiuk, se refugiou da polícia na redação do *Diário do Paraná*, na Rua José Loureiro, Centro de Curitiba, durante a repressão ao protesto (HELLER, 1988). Os jornalistas o acolheram e o ajudaram a fugir pelo telhado.

influenciassem mais pessoas contra a ditadura, além de encontrar outros meios legais para se manifestar, como a cultura.

A criação cultural no Brasil estava em plena ebulição, embora enfrentasse uma atuante censura desde o golpe de 1964 e o país se encontrasse em plena ditadura. Mas o ambiente cultural vinha de anos férteis e criativos em que as artes dialogaram entre si, refletindo conscientização política e desejo de transformação. (ZAPPA; SOTO, 2008, p. 21)

Foi deste período a ascensão do Cinema Novo, que contou com autores como Glauber Rocha, Arnaldo Jabor e Ruy Guerra. Os filmes traziam críticas ao modelo social vigente, com uma estética até então desconhecida, e atraíam cada vez mais os jovens ao cinema. Os cineclubes passaram a ser perseguidos e censurados. No teatro, houve a ebulição de peças com cunho político, como *Roda viva* (1967), escrita por Chico Buarque e dirigida por José Celso Martinez Corrêa, cujos artistas foram agredidos e cenários depredados em diversas ocasiões em que foi apresentada (ZAPPA. SOTO, 2008). Instalações vanguardistas eram as preferidas dos artistas visuais, pois levavam interação e questionamentos ao público de museus e galerias. Os artistas acreditavam que deveriam utilizar suas obras como forma de protesto e conscientização do espectador.

Outra manifestação cultural que apaixonava a geração dos anos de chumbo era a música, em especial a Música Popular Brasileira (MPB), fomentada por festivais populares. Aos poucos, “os festivais fogem ao controle do governo e dos próprios organizadores, as músicas protestam contra a ditadura, em linguagem quase cifrada, mas compreendida pelo público” (URBAN, 2008, p. 144). Foi na edição de 1968 do Festival Internacional da Canção Popular que a música “Pra não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré, se tornou um símbolo de resistência.

As composições e os músicos desafiavam a censura, que foi constante durante o regime militar “no teatro, na TV e no cinema, na música e até nas universidades” (COSTA. SERGL, 2007, p. 36), ao tentar inserir críticas e protestos em suas melodias. O surgimento do tropicalismo também agitou a sociedade por trazer à tona a expressão criativa do engajamento político da época (NAPOLITANO. VILLAÇA, 1998), em um período que o movimento hippie começava a ganhar força no Brasil. A contracultura era vista positivamente por quem reagia de alguma maneira contra o Estado, pois era vista como uma forma diferenciada de enfrentar o governo.

A censura era expressiva, pois “toda a ditadura que se preze tem ódio mortal às manifestações culturais, artísticas, literárias e a tudo que se convencionou chamar de inteligência” (HELLER, 1988, p. 353). Tanto os artistas, especialmente músicos, quanto outras manifestações populares, como livros, jornais e revistas passavam pelo crivo dos censores.

A sensação de medo e perseguição reafirma o espaço do bar como local de proteção, de troca, de possibilidade de saber o que acontecia com as pessoas. Entre jornalistas, era também o espaço em que se falava sobre censura⁹, informações eram trocadas e pautas eram construídas. O músico Chico Buarque afirma, em depoimento para a obra *1968 – Eles só queriam mudar o mundo*, de Regina Zappa e Ernesto Soto, que “o clima pesou. A gente chegava no bar e ouvia os comentários de que a imprensa estava censurada” (ZAPPA. SOTO, 2008, p. 25), reforçando que a presença da sociabilidade no cotidiano da resistência era constante.

A ausência de democracia cria um campo específico e particular de atividade política, que se dá às margens da legalidade, num confronto permanente entre o legal e o clandestino. A condição de ilegalidade obriga os militantes e ativistas políticos a buscar caminhos originais e não usuais em sua luta política. (ARAÚJO, 2001)

O bar era também um espaço de enfrentamento. Há no filme *Elis* (2016) uma cena em que a cantora Elis Regina encontra o cartunista Henfil no bar após ter participado de um evento militar por pressão dos mesmos. Ele a acusa de colaboracionista, eles discutem, tudo à mesa, acompanhado de cerveja. Mais tarde, ela o mostra no mesmo bar a letra de “O bêbado e a equilibrista”, música sobre o movimento da anistia. A sensação de medo, perseguição e censura reafirma o bar como espaço de proteção, troca e diálogo. Cabe mencionar também a oportunidade de oxigenação e distância dos acontecimentos políticos, tão sufocantes.

Além das trocas políticas ocorridas nos bares, há também a troca cultural. A noite representa um espaço onde é possível mudar comportamentos, criar e experimentar, e isso não só nas décadas de 1960 e 1970. Grandes movimentos

⁹ O jornalismo no Paraná teve uma posição bastante particular em relação à ditadura. É senso comum que as redações se renderam à autocensura, cabendo a resistência a quatro áreas em específico: 1) As sucursais de grandes jornais, como *O Estado de S. Paulo*, no qual atuou Teresa Urban; 2) Os jornais alternativos e sindicais, como *O Trabalho*; 3) O jornal católico *Voz do Paraná*, no qual se refugiaram jornalistas processados pela Justiça Militar; 4) A editora Grafipar, que publicava material erótico e também abrigou jornalistas de esquerda e sem emprego.

culturais do século XX passaram por espaços boêmios. Poetas beatniks e existencialistas frequentavam caves, por exemplo, e a obra de sambistas como Lupicínio Rodrigues foi toda composta em mesas de bar, madrugadas a dentro.

3 SOCIABILIDADE: UM TEMA INVISÍVEL

O conceito de sociabilidade foi criado por George Simmel (1858-1919) a partir da sociologia e ressignificado com o passar do tempo pelo acréscimo de novas teorias. Surgiu com base em indagações que permitiram ver a sociedade como resultado da soma constante de diversas interações entre indivíduos (FRÚGOLI, 2007). Essas interações, ainda que a princípio pareçam naturais, são os pilares para que os seres se organizem no tempo e no espaço e se tornem uma unidade consciente, uma sociedade.

A construção dessas redes de interação na vida cotidiana mostra que “os indivíduos estão ligados uns aos outros pela influência mútua que exercem entre si e pela determinação recíproca que exercem uns sobre os outros” (SIMMEL, 2006, p. 17). O nascimento da sociedade está, portanto, fundamentado nos “processos de interação microssociológicos através dos quais se constituem associações” (FRÚGOLI, 2007, p. 9).

Nesse quadro, um dos conceitos que permitem aprofundar a compreensão do modo como se organiza a sociedade através de uma associação básica é justamente o de sociabilidade, um tipo ideal entendido como o “social puro”, forma lúdica arquetípica de toda a socialização humana, sem quaisquer propósitos, interesses ou objetivos que a interação em si mesma, vivida em espécies de jogos, nos quais uma das regras implícitas seria atuar como se todos fossem iguais. (FRÚGOLI, 2007, p. 9)

É uma teoria que contrapõe o holismo durkheimiano, porque não acredita que o social se sobrepõe ao individual, mas o contrário, que o social é formado por indivíduos em interação. Também é possível compreender que quanto mais natural é o processo de troca, mais forte é o vínculo social estabelecido (FRÚGOLI, 2007). Essas ações recíprocas, responsáveis por formar a sociedade, não têm um significado único, pois se trata de um campo social abstrato e estrutural que depende do prisma em que são observadas e das influências que os atores sociais causam entre si.

Partindo do princípio da sociabilidade, entende-se que ela possui diversas modalidades, entre as quais está a conversação, “cujo conteúdo não é o propósito (embora a conversa não deva ser desinteressante), mas o meio pelo qual o vínculo social se mantém enquanto forma (independente, portanto, das mudanças fáceis e

rápidas de assunto)” (FRÚGOLI, 2007, p. 10), bem como trocas de palavras que mantêm os indivíduos interligados uns com os outros, e não mais sozinhos.

Outro modo de sociabilidade a ser mencionado é a comensalidade, que é o ato de comer junto, com mais pessoas, e, assim, “a comida gera sociabilidade e vice-versa” (ROLIM, 1997, p. 3).

O que importa ao estar à mesa é, não apenas a comida, o prato a ser saboreado com gosto, mas também, e principalmente, o fato de que as pessoas têm prazer e interesse em se relacionar amigavelmente umas com as outras, como resultado de uma disposição natural para estabelecer diferentes formas de sociabilidade. (ROLIM, 1997, p. 3)

Esses agrupamentos podem ter diversos fins, “o principal deles podendo ser muito simplesmente o prazer de estar junto” (BOUDON, 1995, p. 82). Desta maneira, é possível analisar a sociabilidade a partir da antropologia, que além de analisar o homem, também observa seus espaços e é capaz de refletir sobre o urbano, a diversidade, o contato e o que isso causa no vínculo social.

Essa conjuntura – política, acadêmica, institucional – abriu espaço para estudos de caráter antropológico sobre a realidade dos grandes centros urbanos, pois era preciso conhecer de perto esses atores, seu modo de vida, aspirações – já que conceitos como “consciência de classe”, “interesses de classe” e outros não davam conta de uma dinâmica que se processava no cotidiano. Quem são? Onde moram? Em que acreditam? Como passam seu tempo livre? (MAGNANI; DE LUCCA, 1996, p. 28)

O convívio num centro urbano – podendo aqui ser uma metrópole ou uma zona rural – é determinante para modificar a realidade de um indivíduo em sociedade, pois as interações que ele obtém advindas deste espaço afetam quem ele é, o que faz e como conduz sua vida individual e em grupo. O cotidiano é o que determina “experiências humanas – de sociabilidade, de trabalho, de entretenimento, de religiosidade - que só aparecem como exóticas, estranhas ou até mesmo perigosas quando seu significado é desconhecido” (MAGNANI; DE LUCCA, 1996, p. 18).

Partindo desse princípio, entende-se que as interações responsáveis por moldar a sociedade estão em diversos campos de convívio, entre eles o do lazer, assunto outrora recriminado por um modelo de estudo focado no trabalho como único fator útil. É preciso argumentar em favor do lazer como objeto de estudo, pois, por muito tempo, entendeu-se que:

Em primeiro lugar, é considerado irrelevante, enquanto tema de pesquisa: há coisas mais “sérias” como o trabalho, a política. Aliás, nem mesmo existe: no caso específico dos trabalhadores, há quem constata que o tempo livre é basicamente utilizado para complementar os magros orçamentos domésticos; quando existe, ressentem-se a falta de espaço, equipamentos, ou então está irremediavelmente contaminado pelos *mass-media*, não passando, portanto, de válvula de escape e alienação. (MAGNANI, 1984, p. 11)

Compreendido desta forma, e até como uma atividade marginal, foi necessário provar que justamente por ser inesperado, esses momentos traduzem a compreensão de mundo dos trabalhadores e seu cotidiano (MAGNANI, 1948). O lazer deixa de ser visto apenas como oposto ao mundo do trabalho, o tempo livre passa a fazer parte das interações sociais, em especial após a Revolução Industrial, quando os direitos trabalhistas passaram a ganhar maior relevância.

Para muitas tendências do movimento operário organizado, o tempo livre era de suma importância, pois representava não apenas a necessária reposição da energia gasta mas ocasião de desenvolvimento de uma cultura própria e independente dos valores burgueses. Representações teatrais, competições desportivas, sessões de canto e música, leituras, passeios, além de debates e cursos de formação - tais eram as formas através das quais os militantes preenchiam seu tempo livre. A questão do lazer, portanto, surge dentro do universo do trabalho e em oposição a ele: a dicotomia é, na verdade, entre tempo de trabalho e tempo livre ou liberado, e por lazer entende-se geralmente o conjunto de ocupações que o preenchem. (MAGNANI, 1984, p. 31)

O uso do tempo livre em atividades de lazer possui uma dinâmica muito mais intensa que apenas a reposição de energias gastas com o trabalho, é uma forma “de entretenimento e encontro, de estabelecer, revigorar e exercitar aquelas regras de conhecimento e lealdade que garantem a rede básica de sociabilidade” (MAGNANI, 1984, p. 31), cuja importância é ainda maior pela questão dos direitos do trabalhador (férias, jornada de trabalho mais curta, etc.) e do afastamento da lógica do capital.

A construção social é como o encontro de diversos mundos que não se sobressaem entre si, mas se complementam (FRÚGOLI, 2007). Para que haja sociabilidade, nas modalidades citadas ou outras, pode ser preciso que existam lugares de encontro, que variam de acordo com a sociedade analisada, já que a interação urbana permite apropriação de espaços.

Ruas, praças, edificações, viadutos, esquinas e outros equipamentos estão lá, com seus usos e sentidos habituais. De repente, tornam-se outra coisa: a rua vira trajeto devoto em dia de procissão; a praça transforma-se em local de compra e venda; o viaduto é usado como local de passeio a pé; a esquina recebe despachos e ebós, e assim por diante. Na realidade são as práticas sociais que dão significado ou ressignificam tais espaços, através de uma lógica que opera com muitos eixos de significação: casa/rua; masculino/feminino; sagrado/profano; público/privado; trabalho/lazer e assim por diante. (MAGNANI, 1984, p. 39)

A comunidade dispõe desses e outros cenários para interagir e construir a sociabilidade, a conversação, a comensalidade. Os espaços ganham outros ares de acordo com o caráter relativista da antropologia e o estudo do cotidiano, a maneira que se observa um acontecimento. Para usufruto no tempo livre, “os equipamentos podem ser bares, restaurantes, cinemas, teatros, o café da esquina etc., os quais (...) concorrem para o mesmo efeito: constituem pontos de referência para a prática de determinadas atividades. (MAGNANI, 1984 p. 40). É possível, portanto, que um espaço criado para um uso específico ganhe novos contornos de acordo com as ações de sociabilidade ali estabelecidas por determinadas pessoas em determinadas épocas.

A relação entre sociabilidade e cidade moderna, estabelecida anteriormente por Simmel, ganha novos contornos de convivência, novos estudos e novos significados:

Eis alguns estudos recorrentes nessa chave: relações de vizinhança, principalmente em bairros residenciais marcados por caráter comunitário, com tradições históricas próprias; relações entre grupos de interesse, tipos vocacionais ou grupos étnicos, em regiões mais centrais e por vezes “decadentes”, assinaladas pro Park como “regiões morais” (...), ou então, ainda, interações entre múltiplos grupos, tais como as que ocorrem em espaços públicos definidos por forte diversidade de frequentadores”. (FRUGOLI, 2007, p. 18)

Este estudo, cujo contexto se localiza no período do regime militar no Brasil, propõe a análise de espaços de lazer utilizados como espaços de resistência política por seus *habitués*, sob o recorte, a princípio, de bares, em Curitiba, frequentados por jornalistas nas décadas de 1960, 1970 e 1980. São espaços que se tornaram referência no cotidiano desses indivíduos, direta ou indiretamente, e que passar a

servir “de referência para as atividades que compõem o cotidiano - seja de trabalho, do lazer, da devoção, da militância, da prática cultural” (MAGNANI, 1984, p. 84).

A sociabilidade está intrinsecamente ligada ao cotidiano, e muitas vezes por isso, é despercebida, embora seja fundamental para a existência da sociedade (SIMMEL, 2006). É por isso que ir passear com amigos, por exemplo, é considerado um ato simples da vida privada, mas o local em que ocorre esse encontro ou a maneira com que ele se dá muda a percepção do acontecimento. Pode-se enquadrar um passeio, um bar ou um restaurante, uma manifestação artística ou um espaço de lazer, na vida pública. E é deste modo que a micro-história abrange um espaço maior de ação, “ou seja, quando a narrativa se insere de algum modo em um universo coletivo, dizendo respeito a uma etnia, a uma nação, a uma classe social” (FAUSTO, 1997, p. 7).

No fundo, a identidade de cada bar e restaurante era a identidade daqueles que frequentavam tais locais e que pode ser reinterpretada como espaços da boêmia, das famílias, dos políticos, dos jornalistas, dos esportistas, dos amigos; espaços determinantes dos vários níveis de sociabilidade; espaços públicos considerados extensões dos espaços privados, pois aí a vida privada de muitos encontrava um prolongamento, um eco, um apoio. (ROLIM, 1997, p. 226)

A sociabilidade esteve presente em diversos momentos na história da ditadura militar, como será mais explorado à frente, porém nunca vista como protagonista. Em entrevista para o jornalista José Carlos Fernandes, do jornal *Gazeta do Povo*, em 2012, o pesquisador Thomás Antônio Burneiko Meira afirma:

Como se sabe, as grandes cidades, que normalmente comportam noites efervescentes, também são espaços nos quais as disparidades sociais, a luta de classes e a reprodução da força de trabalho se revelam de modo mais latente. Em muitos casos, essas últimas questões são vistas como fenômenos mais urgentes, nobres e complexos – dignos de investigação –, enquanto as temáticas que não possuem um corte político ou econômico muito nítido assumem um status meramente residual. Particularmente, não vejo sentido nessa hierarquização de objetos de pesquisa, já que o botequim, a roda de samba, o bingo, o baile, também compõem a rotina do trabalhador e podem revelar muito sobre suas estratégias de sobrevivência na cidade”. (FERNANDES, 2012)

Com relação ao regime militar, há uma ausência de estudos sobre o lugar da sociabilidade. O tema é, em geral, um acessório de outra história. Quando é tratado

como protagonista, não se fala sobre política, mas sim de modo que essas questões são deixadas de lado, priorizando a informalidade. Mas por serem espaços tão necessários para a construção da sociedade e sua estruturação (SIMMEL, 2006), é adequado que não sejam despercebidos ou tratados paralelamente à história que fazem parte. É necessário ressignificar estes espaços e estas trocas ali ocorridas para entender o período histórico e as motivações pessoais daqueles que sofriam de forma direta com o regime militar – a partir, por exemplo, de censura ou perseguição.

Ainda que, neste período, a cultura e suas ações artísticas estejam equiparadas a reuniões e leituras feitas por militantes em universidades (LAHUERTA, 2010), é raro encontrar estudos completos sobre bares, restaurantes e espaços de lazer relacionados diretamente à resistência democrática. A tendência é achar que a política por si só está afastada do lazer, sendo resumida a atos isolados¹⁰, mas vale considerar que, com partidos e sindicatos proibidos ou sob vigilância, as manifestações políticas foram deslocadas para:

[...] lugares onde se discutia política, onde se combinavam e preparavam ações e manifestações políticas, onde se analisava a sociedade brasileira e suas contradições, onde se refletia sobre a questão política do período. Salas de aula, redações de jornais, clandestinos e semiclandestinos, salas paroquiais, centros de convenções, aparelhos, celas de prisão, bares, praças e ruas da cidade, que, em diferentes épocas, foram ocupadas por manifestações de diferentes tamanhos. (ARAÚJO, 2001, p. 107)

Para entender esta específica relação entre sociabilidade e resistência, após a prova de que o estudo do lazer é importante para a construção social, alguns passos foram seguidos: encontrar exemplos concretos e abstratos desta relação ao longo da história da ditadura militar; mapear a sociabilidade em Curitiba na época citada e, por fim, encaixar este conteúdo aos relatos de jornalistas locais que viveram neste tempo e podem recordar como era e o que se passava realmente no convívio em bares e outros espaços de lazer.

3.1 CALABOUÇO, VARELLA E CENÁRIOS DE RESISTÊNCIA

¹⁰ Em geral, é consenso pensar que “não se constrói militância política na boêmia”, conforme *Os Malabaristas da Vida. Um estudo antropológico da boêmia* (1989), de Fídias Teles. Ainda é de praxe afirmar que assuntos sérios são deixados de lado nestes ambientes, priorizando o bate-papo (ROLIM, 1997). Entretanto, o contexto histórico e a efervescência política local podem mudar tal cenário e transformar espaços seculares em protagonistas.

Paralelo aos relatos rotineiros sobre a presença do bar na lógica da resistência ao regime militar, para melhor percepção da tese de que espaços de lazer e ações culturais também podem ser considerados locais de resistência democrática, decidiu-se listar dois marcos históricos em que tais espaços foram utilizados como cenários. São eles: a morte do secundarista Edson Luís (1968) no Restaurante Calabouço, Rio de Janeiro, e o assassinato na Mooca (1972), ocorrido no Restaurante Varella, São Paulo. Os episódios são detalhados abaixo, expondo que eram espaços de resistência e também violência.

A começar pelo primeiro, o assassinato do estudante secundarista Edson Luís, em março de 1968, no restaurante Calabouço, “uma precária e provisória instalação no Aterro do Flamengo, no Rio, que atendia estudantes carentes e entidades estudantis” (ZAPPA. SOTO, 2008, p. 26).

O restaurante Calabouço foi inaugurado em 1951, e funcionou até 1964 sob comando da União Metropolitana dos Estudantes (UME), junto a um teatro e uma policlínica instalados no local. Após o início da ditadura, foi fechado por três meses e reaberto sob comando dos militares, que controlavam o acesso público e fecharam a policlínica definitivamente. O restaurante sempre foi motivo de protesto dos estudantes por melhores condições. Em artigo do jornalista Chico Otávio para o jornal *O Globo*, em 16 de março de 2008, disponível online:

De motivos mais triviais, como comida podre, às lutas mais encarniçadas, de lá partiram passeatas que desafiaram os generais e entraram para a História. Muitas vezes, as manifestações começavam antes mesmo que os comensais largassem garfos e facas. Ex-dirigente estudantil em 68, o jornalista Bernardo Joffly, de 57 anos, foi um dos que enfrentaram os militares a golpes de talheres nas mesas do bandeirão. “Ficava todo mundo comendo naquele galpão enorme. De repente, um deles subia na cadeira e dizia: “Companheiros, acabo de achar uma barata no meu feijão”. E aí todo mundo batia com os garfos nas bandejas, fazendo uma barulhada imensa contra a barata no feijão”, recorda-se (OTÁVIO, 2008).

A estimativa é a de que cerca de dez mil estudantes faziam suas refeições no Calabouço, cuja comida “era nutritiva, porém insípida, ruim mesmo. Sopa, arroz, feijão, carne guisada ou salsichas, legumes, umas folhas de alface, algumas rodela de tomate, goiabada e um copo de leite ralo” (GASPARI, 2002, p. 275). O local reunia vestibulandos, universitários e pessoas carentes.

Edson Luís de Lima Souto era paraense, tinha 17 anos e se mudou para o Rio de Janeiro a fim de concluir o segundo grau no Instituto Cooperativo de Ensino. Não era militante político e utilizava o Calabouço todos os dias para se alimentar.

Enquanto seus colegas jantavam, alguns estudantes debatiam a organização de uma passeata, que deveria se realizar no dia seguinte, em protesto contra as precárias condições de higiene e o mau funcionamento do restaurante. De repente, viaturas policiais cercaram o local e soldados do Batalhão Mobilizado da Polícia Militar invadiram o lugar, distribuindo indiscriminadamente cacetadas e tiros. (ZAPPA. SOTO, 2008, p. 70).

Testemunhas à época afirmaram que um dos disparos atingiu Edson Luís à queima-roupa. Levado para a Santa Casa, ele não resistiu, e sua morte gerou grande comoção. O velório do estudante foi na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, e seu enterro caracterizou o início de uma série de protestos Brasil afora, sendo o caixão acompanhado por aproximadamente 50 mil pessoas até o cemitério São João Batista (VENTURA, 1988).

O governo proíbe manifestações, reprime passeatas e prende estudantes, mas nada disso impede que os protestos se multipliquem. Greve geral nas universidades, repressão violenta no Rio causa mais mortes, tropas do exército ocupam as ruas centrais da cidade, a Universidade de Brasília é cercada pela polícia, morre um pedestre que passava perto de uma manifestação em Goiânia, os estudantes vão às ruas em Curitiba (URBAN, 2008, p. 107).

Os cinemas cariocas colocaram em cartaz filmes que remetiam ao assassinato (*A noite dos generais*, de Anatole Litvak; *À queima roupa*, de John Boorman; e *Coração de luto*, de Eduardo Llorente). Os teatros cancelaram suas sessões e “os bares da moda agitaram-se” (GASPARI, 2002, p. 279), ressaltando manifestações diferentes das tradicionais como forma de resistir. Além disso, milhares de cartazes com os motes “Mataram um estudante. E se fosse um filho seu?”, “Bala mata fome?”, “Os velhos no poder, os jovens no caixão”, entre outros, foram espalhados pela cidade (VENTURA, 1988, p. 102).

Uma missa em memória de Edson foi realizada na Igreja da Candelária (RJ), no dia 4 de abril, e findada por um ataque dos militares contra a população.

Na saída da missa, a cavalaria da Polícia Militar investiu contra as pessoas que deixavam a igreja. Os padres que participaram do ato tentaram proteger os populares usando seus próprios corpos como escudos, mas também foram agredidos. O episódio revoltou a população e atraiu solidariedade de camadas médias até então indiferentes à luta dos estudantes (ZAPPA. SOTO, 2008, p. 92).

Estes episódios seguidos motivaram a Passeata dos Cem Mil, no dia 26 de junho de 1968, no Rio de Janeiro, sendo este o maior protesto contra a ditadura militar em todo seu período vigente. Na passeata, “estudantes, artistas, religiosos, intelectuais, seguidos de representantes de várias camadas da população, marcharam de braços dados, exigindo liberdade e o fim da ditadura” (ZAPPA. SOTO, 2008, p. 144).

A morte de Edson Luís no Calabouço é considerada o primeiro homicídio de um estudante pela ditadura militar. O restaurante também fechou as portas após o ocorrido (OTÁVIO, 2008).

O uso de espaços de lazer como expressão política era um hábito durante o governo militar, desde atos simples, como os protestos no Calabouço, até assistir a um filme censurado em um cineclube¹¹. É possível considerar que quem vivia na clandestinidade se utilizava de bares e restaurantes – assim como salas de projeção – para marcar encontros e reuniões de cunho político ou encontrar outros militantes.

Além disso, esses espaços vendiam comida, cigarros, bebida; serviam como mercearia, papelaria e armazém, além de bar, sendo apropriados para sanar necessidades rapidamente e usados como disfarce. O restaurante curitibano Vagão do Armistício – que funcionava num barracão de fundos da casa da família do ferroviário Izaac Lazzarotto, pai do artista Poty Lazzarotto – foi um exemplo de local multiuso, ainda que não tenha servido de espaço de resistência em Curitiba, até porque fechou por volta de 1960:

¹¹ Um exemplo é o Cine Paissandu, no Rio de Janeiro, lembrado por historicamente reunir pessoas para discutir e assistir filmes da *nouvelle vague*, de vanguarda e do cinema novo. Foi um centro cultural utilizado para debater política, história e censura.

Antes de ser restaurante, o local servia de moradia, sendo que na parte da frente da casa funcionava um armazém de secos e molhados. Vendia-se de tudo: pinga, vinho, fumo, milho, farinha, açúcar, feijão, arroz, banha, carne seca. Quando o sr. Isaac aposentou-se da Rede Ferroviária, resolveu ampliar suas atividades, servindo almoço para os oficiais da Subsistência do Exército. (ROLIM, 1997, p. 123)

Esses locais ainda possuíam televisão e telefone público, útil para quem vivia em clandestinidade; e reuniam muitas pessoas, especialmente em dias de jogo de futebol, o que favorecia contatos e disfarces, como a dramaturgia pode explorar.

Um dos primeiros filmes a tratar da ditadura militar, *Pra frente Brasil* (1982), de Roberto Farias, trouxe como pano de fundo a Copa do Mundo de 1970 e cenas que retratam as comemorações pelo desempenho da Seleção Brasileira no mundial simultâneas à tortura imposta pela ditadura. Todo o uso dos jogos desta Copa, a ascensão de Pelé como ídolo, slogans como “Brasil: ame-o ou deixe-o” e o sentimento patriota que surgia conforme o time ganhava os jogos de futebol foram usados pelo governo para alimentar a ideia de milagre econômico e de nacionalismo.

O longa *O ano em que meus pais saíram de férias* (2006), de Cao Hamburger, sobre o mesmo período, também mostra os personagens se encontrando em bares para assistir aos jogos da Copa em um momento crucial para a história da ditadura militar. Tais espaços eram frequentados por *habitués*, tanto militantes, quanto pessoas favoráveis ao regime, usados para discutir e fomentar ações políticas. Sabe-se também que “alguns políticos elegiam determinados locais como seus endereços preferidos para comer bem, fazer contatos, discutir política” (ROLIM, 1997, p. 226).

Um exemplo é a Spaguetolândia, que se tornou espaço pivô da briga dos poetas Ferreira Gullar e Augusto de Campos. Toda contenda dos dois diz respeito ao que teriam dito um ao outro neste local.

O livro *1968 – o ano que não terminou*, de Zuenir Ventura, um dos mais populares sobre o período, começa justamente em uma festa, na casa de Heloísa Buarque de Hollanda. Ou seja, para falar sobre um ano importante na história do século XX, o autor escolheu começar tratando de sociabilidade, numa festa em casa, evento tão comum quanto ir a um bar ou a uma danceteria.

A minissérie *Anos Rebeldes* (1992), de Gilberto Braga, “a primeira representação na televisão sobre a ditadura civil-militar brasileira em um veículo que

alcançava a quase totalidade do território nacional e sua população” (DE CASTRO, 2012, p. 33) retrata de maneira ficcional diversos momentos em que militantes utilizavam estes espaços como essencial no planejamento de atividades da luta, desde telefonemas, reuniões, alugueis de casas para esconderijos e afins. *Anos Rebeldes* retrata ainda festas em casa, como jantares animados por música e jogos, em que conversas sobre política se tornavam o foco e faziam daqueles espaços exemplos de resistência.

Essa realidade expressa na minissérie global pode ser representada através do chamado assassinato na Mooca (ARAÚJO, 1995), ocorrido em 14 de junho 1972 – um episódio não tão conhecido quanto a morte de Edson Luís, mas que retrata a sociabilidade como cenário de um acontecimento relacionado à resistência democrática. Os jovens militantes vinculados à ALN, Antônio Carlos Bicalho Lana, de 24 anos, Marcos Nonato da Fonseca, 19, e Ana Maria Nacinovic Corrêa, 25, marcaram uma reunião com Iuri Xavier Pereira, 23, outro militante, no restaurante Varella, localizado no bairro Mooca, em São Paulo, na Rua Antunes Maciel.

Durante a reunião, no horário de almoço, o proprietário do restaurante, Manoel Henrique de Oliveira, reconheceu o grupo por relacioná-los com os cartazes de “procurados” espalhados pela cidade (ARAÚJO, 1995) e ligou para o Dops, que montou uma emboscada ao redor do Varella (LOYOLA, 2003) para capturar os militantes. Após pagarem a refeição, foram surpreendidos por tiros. Marcos e Iuri morreram na hora, mas Ana Maria resistiu por algum tempo. Após a morte do trio, os policiais ainda torturaram os corpos, tendo a vizinhança como plateia.

Ato contínuo, os policiais fizeram uma demonstração de selvageria para a população que se aglomerou em volta daquela já horrenda cena. Dois ou três policiais agarravam o corpo de Ana Maria e o jogavam de um lado para o outro, às vezes lançando-o para o alto e deixando-o cair abruptamente no chão. Descobriram-lhe também o corpo ensanguentado, lançando impropérios e demonstrando o júbilo na covardia de tê-la abatido. Não satisfeitos, desfechavam-lhe ainda coronhadas com seus fuzis, como se mesmo morta Ana Maria representasse ainda algum perigo. (ARAÚJO, 1995, p. 134)

Dois pedestres ainda foram atingidos pelos tiros. Antônio Carlos conseguiu escapar (LOYOLA, 2003). Alguns dias depois, os moradores dos arredores fizeram um abaixo-assinado em protesto ao ocorrido (ARAÚJO, 1995). Posteriormente, uma

praça no Rio de Janeiro e uma creche em São Paulo passaram a levar o nome de Ana Maria.

3.2 SOCIABILIDADE EM CURITIBA NAS DÉCADAS DE 60 E 70

Em 1960, a população da capital paranaense girava em torno de 361.309 habitantes, número que saltou para 624.362 em 1970 e alcançou a casa do milhão e 1980, com 1.052.147 (IBGE, 2010). Este crescimento demográfico que chegou a assombrosos 8% ao ano, representa também o aumento de bairros na cidade. Entretanto, o Centro sempre catalisou ações de trabalho, estudo (com o Prédio Histórico e a Reitoria da UFPR em áreas centrais), cultura e lazer. Serão mapeados neste tópico alguns locais de Curitiba que eram conhecidos por quem viveu nas décadas de 1960 e 1970 e tidos como espaços de lazer. Por extensão, vários deles se prestavam à resistência.

O primeiro parque de lazer criado em Curitiba está no coração do Centro: o Passeio Público. Originado em 1886, passou por altos e baixos no objetivo de concentrar a população e divertir seus transeuntes. Vale ressaltar as apresentações dominicais de bandas militares no local e o aluguel de canoas para passeio no Rio Belém, que por um tempo cruzou o parque, até ter sua rota desviada (DESTEFANI, 2014). O Passeio ainda era escolhido como lugar para almoçar com a família, aos fins de semana, ou se divertir à noite, especialmente durante as décadas de 1960 e 1970.

O Bar Lá no Pasquale, que funcionou por alguns anos no Passeio Público, principalmente em boa parte das décadas de 1960-70, foi uma grande atração com sua feijoada aos sábados e o aluguel dos pedalinhos. Anexo ao bar, durante a noite, a diversão ficava por conta da Boate Tropical, uma das casas noturnas exploradas por Paulo Wendt, na época conhecido como o rei da noite curitibana. (DESTEFANI, 2014)

Paulo Wendt¹² era proprietário ainda da boate Marrocos (MILLARCH, 1989), localizada na Praça Zacarias, entre as ruas Dr. Murici e Marechal Deodoro, considerada uma boate de primeira linha, com atrações musicais que incluíam rainhas do rádio, como Ângela Maria, e cults do naipe de Nora Ney. Movimentando ainda a cena noturna da cidade, a principal concorrente da Marrocos era a Moulin

¹² A obra “O pássaro de cinco asas” (1974), de Dalton Trevisan, reforça o título de Rei da Noite ao empresário Paulo Wendt.

Rouge, do empresário paulista João Pedro Guimarães, cujo último endereço foi acima de um posto de gasolina na Alameda Carlos de Carvalho (MILLARCH, 1989).

Só na Alameda Cabral, em uma mesma época, havia, por exemplo, a Boate Gracefull, o Luigi's e o Jane 1, o chamado Triângulo das Bermudas, onde desapareciam noivos e maridos. Sem contar outros endereços bastante próximos, como o La Vie en Rose, na Visconde do Rio Branco, e o Manhattan, na Praça Carlos Gomes. Essa efervescência, jamais vista depois em Curitiba, fez das horas avançadas mais do que diversão, um cenário musical ímpar, uma geografia especial: Manhattan, Cadiz, Paris, Dakar, Marrocos, Oásis, Tropical, Gracefull, La Ronde. (SÁ JR, 2006, p. 27)

J.P. Guimarães abriu um piano-bar mais moderno, chamado de 1810, na Marechal Deodoro, após o fechamento da Moulin Rouge, em meados dos anos 1960, que “não tinha mulheres profissionais” (MILLARCH, 1989). A presença de prostitutas, a transformação do espaço em bordel ou lugar para “levar a amante” eram características definitivas das boates e casas noturnas no Centro e nos arredores da cidade:

Local destinado a **reuniões de cunho político [grifo nosso]**, espaço artístico de teatros e musicais, a boate tinha seu papel cultural, ponto de atualização da sociedade, trazida pelas cortesãs estrangeiras, principalmente francesas e polacas. O bordel também era onde se produziam grandes poemas, servindo como fonte de inspiração, além de ser o local de iniciação sexual e garantia da castidade das mulheres de “boa família” da capital. (CARVALHO. BORGES, 2005, p. 77)

Distante deste circuito de casas noturnas localizadas ao centro, destaca-se ainda o Restaurante Boneca do Iguaçu, dançante à noite e servindo lanches ao longo do dia, localizado onde hoje está o Portal de São José dos Pinhais. O local foi arrendado em 1964 e transformado definitivamente em boate, cujo proprietário era o imigrante alemão Harry Feeken. Lá era proibido, por exemplo, adentrar sem usar gravata. Nomes como Aníbal Khury, Emilinha Borba, e Aírton “Lolô” Cornelsen, além de inúmeros políticos, como Moysés Lupion, eram frequentadores do Boneca do Iguaçu (FERNANDES, 2012).

O jornalista Renato Ribas, sob o pseudônimo Reinaldo Egas, manteve entre 1957 e 1959, no *Diário do Paraná*, a coluna social Ecos da Noite, para contar histórias da vida noturna curitibana através de crônicas. Mais tarde, lançou um compilado dessas crônicas em um livro, em que relata que a noite era uma das responsáveis por

movimentar a cidade, pois abrigava “músicos, artistas, cantores, garçons, empregados de toda ordem, profissionais de restaurantes. A noite era, na verdade, um fator econômico da cidade” (EGAS, 1982, p. 12).

Destacam-se ainda turistas, que, como os personagens citados, “hospedavam-se em hotéis, passavam no Bar Palácio, iam ao Teatro Guaíra e depois às casas noturnas ver os balés e as gringas eletrizantes” (SÁ JR, 2006, p. 27). Entende-se que os restaurantes, bares e boates em Curitiba neste período eram um exemplo de sociabilidade ligado à economia, “o reflexo de uma Curitiba que sofria as consequências de um novo ritmo de crescimento e de euforia desenvolvimentista; constituíam os espaços de privilegiamento (sic) da moda, do novo (comidas étnicas, sanduíches, *hot-dogs*), da mudança de hábitos” (ROLIM, 1997, p. 4).

Com relação a restaurantes tradicionais, destacam-se os de cozinha italiana, como Madalosso, Cascatinha e Iguaçu, todos no bairro Santa Felicidade, cenário de gastronomia da capital paranaense. O primeiro, fundado em 1964, chegou a figurar no *Guinness Book 1995*, como o maior restaurante do Brasil e o segundo maior do mundo (ROLIM, 1997). Há ainda o restaurante francês Île de France, na Dr. Murici (hoje na Praça 19 de Dezembro), cujo cardápio sofreu pouquíssimas alterações desde a inauguração, em 1968; e o Vagão do Armistício, conhecido pelo risoto, localizado na atual Avenida Afonso Camargo, onde só era possível se alimentar com reserva antecipada, mas que deixou de existir na década de 1960.

O citado Bar Palácio, um dos únicos lugares que serviam comida à noite no centro de Curitiba – conhecido pelo tradicional “Churrasco Paranaense” –, foi fundado em 1930 pelo argentino Adolfo Bianchi. Localizado na Barão do Rio Branco, já foi chamado de “antro gastronômico de Curitiba” (CORÇÃO, 2007). Era proibida a entrada de mulheres desacompanhadas, sem a presença de um homem¹³, no local e diziam os curitibanos que funcionava 24 horas por dia por estar aberto pela madrugada. Assim como o Palácio, outros bares serão tratados posteriormente nesta pesquisa.

¹³ Um dos acontecimentos marcantes referentes ao Bar Palácio é o que foi chamado de “O levante do Bar Palácio” pelo jornalista José Carlos Fernandes, em 2013. Consta no texto que, por volta de 1984, a psicóloga Sarita Warszawiak, ao lado da bioquímica Valderez Ravaglio Jamur, se dirigiram ao Bar Palácio, à noite, com o intuito de provar do Churrasco Paranaense. O garçom não quis servir-lhes. Foram então as duas a várias delegacias da cidade e buscaram um advogado, até que sua entrada foi permitida. “Foi o início da lenda sobre a noite em que as mulheres ocuparam o Bar Palácio. Deu até camburão na porta. Avisadas do forrobodó, as jovens que estavam no Bar Retranca se mandaram em peso para a Barão. De quebra, as prostitutas se somaram ao levante e aproveitaram para espiar o Palácio por dentro” (FERNANDES, 2013).

Vale citar outros bares da região central que foram ou são referências de pontos de encontro em Curitiba: o Bar Paraná, na Rua XV de Novembro, que lotava de famílias aos domingos; o Bar e Restaurante Arthur, na Rua José Loureiro, que abrigava, “no almoço, executivos, bancários, políticos, e no jantar, radialistas, jornalistas, casais, gente que aprecia comemorações de final de expediente” (ROLIM, 1997, p. 150); o Bar e Café Guairacá, que ficava no Palácio Avenida; e os bares Mignon e Triângulo, que disputam ao longo do século a autoria do melhor sanduíche de pernil do calçadão da XV.

Aliás, a inauguração do calçadão da XV, como única rua do Brasil exclusiva para pedestres, em 1972, facilitou o uso do centro como espaço de encontro, sociabilidade, comércio e lazer.

Criou-se a polêmica entre a intenção municipal de desenvolver um trecho da Rua XV de Novembro aos pedestres e a resistência dos comerciantes, imaginando-se prejudicados em seus negócios. O prefeito Jaime Lerner conseguiu o aval da União Internacional dos Arquitetos - que reconheceu o pioneirismo brasileiro da humanização urbana. O calçadão da Rua XV de Novembro, permitindo a substituição do footing de automóvel pela escala do homem a pé e propiciando o pleno desenvolvimento da arte do encontro, não demorou a ganhar foros de unanimidade. (BOLETIM INFORMATIVO, 1992, p. 12)

O calçadão contribuiu para a convergência de pessoas no centro da cidade. Um clássico exemplo disso são os cinemas de rua ao seu redor. A Cinelândia curitibana abrigava as salas Cine-Teatro Palácio, Odeon e Ópera, Cine-Teatro Avenida, América, Central, Imperial/Ritz, Ribalta; e ainda, os fora da região central: Marajó, no Seminário, e Cine Portão, no Portão. Ir ao cinema também é considerado um ato de encontro social, uma opção de lazer e descontração. “Assistir a um espetáculo cultural constitui uma ocasião de relativa fuga à rotina, considerando não só a raridade relativa das saídas culturais, como o grau de ritualização e poder simbólico que exprimem” (LOPES, 1998). Considera-se então que:

A diversão do curitibano comum ficava entre cinemas, circos, parques de diversões, futebol, principalmente os jogos de times conhecidos como de várzea. As tardes dançantes promovidas por centros acadêmicos ou, então, os bailes realizados nas inúmeras sociedades operárias que estavam espalhadas por todos os recantos da Curitiba dos velhos tempos. Já os bailes chiques das sociedades de elite, assim como as domingueiras do Jockey Clube, não estavam ao alcance do bolso dos cidadãos modestos, principalmente noitadas em casas noturnas. (DESTEFANI, 2014)

A década de 1970 trouxe reformas modernistas e cores à cidade: táxis laranjas, toldos roxos, ônibus vermelhos, verdes e amarelos. A atmosfera hippie invadiu o urbanismo com o calçadão e outras obras em Curitiba.

O centro da cidade se transfiguraria num piscar de olhos. Os bares e cafés, beneficiando-se das obras de circulação, ampliavam seus domínios, instalando mesinhas e canteiros nas calçadas. Foram colocados bancos de praça, cabines de telefone - em acrílico azul – e bancas de jornais – também em acrílico – ao longo da avenida central, a Rua das Flores (flores, que, felizmente, não eram de acrílico). [...] O curitibano fazia parte da paisagem urbana e parecia gostar disso. (VAZ, 2001, p. 132)

Os espaços de sociabilidade e interação da cidade configuram um mapeamento da Curitiba das décadas de 1960 e 1970, para melhor entendimento dos locais e maneiras encontradas pelo indivíduo para socializar, em família, com amigos ou sozinho, na cidade.

3.3 OS BARES, OS JORNALISTAS E A RESISTÊNCIA

Há um fator desencadeante para a união entre sociabilidade e hábitos de jornalistas em Curitiba, nas décadas de 1960 e 1970: a geolocalização. Assim como a maioria dos espaços de lazer da cidade estavam localizados no centro, o mesmo se dava com as redações de jornal.

Na Rua Barão do Rio Branco, mesma que abrigou por anos o Bar Palácio, estava a redação de *O Estado do Paraná* e da *Tribuna do Paraná* – ambos do mesmo dono, o empresário Paulo Pimentel; logo mais adiante, na Praça Carlos Gomes, a redação da *Gazeta do Povo*. O *Diário Popular* ficava na Rua XV de Novembro, próximo à Reitoria da UFPR; já o *Diário do Paraná* ficava na Rua José Loureiro, a dois passos da *Gazeta*. As rádios, ainda, *Tingui*, *Guairacá* e *Clube (B12)*, também estavam instaladas nas proximidades – num ponto nobre em que a Barão encontrava a José Loureiro. Pouco mais à frente, em direção a Rua Westphalen, estava a redação do mítico TV Programas, a revista de tevê do publicitário Luiz Renato Ribas.

Ali estavam os bares pé-sujo e – não por acaso – os jornais e as emissoras de rádio. De modo que circular pela praça [Carlos Gomes] trazia pelo menos três possibilidades, todas excitantes: encontrar uma boa dose de Crush com Gin Booth's e carne-de-onça – para manter a flora intestinal; cruzar com dezenas de jornalistas e deles ouvir uma boa história para contar em casa; tropeçar nos próprios personagens dessas histórias. (FERNANDES, 2016)

Nos arredores centrais das redações estavam “bares como o ‘Carequinha’, ‘Paris’, ‘Papai’ e ‘Espeto de Ouro’” (FERNANDES, 2016), nos quais os jornalistas aproveitavam para passar o tempo ou procurar pauta. O Bar Palácio, tradicional, “o último a fechar”, era frequentado religiosamente por jornalistas, que dividiam a mesa com boêmios e outras figuras, depois do expediente.

Outra justificativa para o início da tradição de jornalistas em frequentarem o Bar Palácio foi a empreitada de Juan Gutierrez Fernandes, gerente do Diário da Noite e frequentador do bar. Em dado momento, “trocou a gerência do jornal pela do restaurante, onde, durante os anos seguintes, se relacionou com a elite intelectual da cidade e transformou o lugar num ponto de encontro e de debates” (STAVISKI, 2004, p. 67).

Registra-se o funcionamento do Restaurante Embaixador, ou Restaurante Onha, na Rua Riachuelo, que “tinha esquemas com os jornalistas. Estes não pagavam a conta e em troca, de vez em quando, davam notícias nas colunas dos jornais. Era uma forma de se divulgar, ainda mais, a fama do restaurante” (ROLIM, 1997, p. 137). O Lá no Pasquale, no Passeio Público, também encontrou nos jornalistas uma maneira de ter maior divulgação, especialmente com os radialistas que anunciavam o cardápio com antecedência e ganhavam desconto na hora de pagar a conta.

O Bar Cometa (que na verdade se chamava Confeitaria Cometa), na Rua XV de Novembro, era um ponto de encontro entre jornalistas (MARINS, 1992), e também artistas, estudantes, fotógrafos, “um dos pontos favoritos da boemia intelectualizada” (VAZ, 2001, p. 172). É citado pelo biógrafo Toninho Vaz, como um dos preferidos de Paulo Leminski, posto que ficava na frente da Livraria Guignone, então a mais importante da cidade. O centenário Bar Stuart – fundado em 1904, que mudou algumas vezes de endereço, mas sempre permaneceu no Centro, também era refúgio de jornalistas, especialmente na década de 1960. Consta que era no Stuart que os jornalistas do caderno esportivo da *Gazeta do Povo* escreviam suas matérias

(ROLIM, 1997). E, assim como o Palácio, lá era proibida a entrada de mulheres desacompanhadas.

Em meados da década de 1970, “os seres marginais – jornalistas, economistas de esquerda, professores, tiras e desempregados de um modo geral – se reúnem no bar Elle e Ella, que vai entrar nesta história com o codinome Bife Sujo” (VAZ, 2001, p. 149), na Saldanha Marinho. Paulo Leminski, poeta e também jornalista, era um frequentador assíduo do bar.

Nas dependências do Sindicato dos Jornalistas do Paraná, na Rua José Loureiro, estava o Bar Retranca, outro reduto de encontro dos profissionais da mídia, onde o bar funcionava como uma extensão da redação e os assuntos eram os mais diversos entre os jornalistas. Os radialistas frequentavam o Pote Chopp, atualmente na Dr. Muricy. Havia também o Bar do Hermes, no Rebouças, mais conhecido como um bar de música, por ter shows à noite. Os encontros nos bares eram diferentes porque as tribos se encontravam e “dali saíram expressões em todos os campos, da manifestação tanto política quanto artística e cultural e jornalística” (MONTEIRO, 2018, APÊNDICE 1).

Tanto aqueles que escolhiam o ambiente boêmio para escrever matérias, quanto os que buscavam pautas nas conversas de balcão ou se reuniam com outros jornalistas para falar sobre a censura vigente, se utilizaram de bares e espaços de lazer, momentos de sociabilidade e descontração, para encontrar um meio de reagir à ditadura.

[...] o único lugar ‘onde a comunicação resiste é o bar’. Tal observação, longe de anódina, é rica em sua própria banalidade. Na verdade, ressalta que é na vida mais concreta que existe mais sociabilidade. Longe das estruturas econômica ou política, a comunicação enquanto função essencial, perfeita, inscreve-se nos lugares mais humildes, nas situações mais banais. É conhecido que, quando num vilarejo ou num bairro um bar fecha suas portas, é um pouco de vida que cessa. No espaço humilde onde se exprimem tantas alegrias e desventuras, nesse espaço onde estão em jogo tantos afetos e conversações, a sólida trama social se constitui gradativamente. (MAFFESOLLI, 1984, p. 61)

Além da questão geográfica, o que levava os jornalistas aos bares era o contexto – e a tradição, que remonta o nascimento do jornalismo moderno. Os jornais eram fechados no início da madrugada, e assim, começava a busca por lugares abertos daqueles que trabalharam até tarde, “no sentido de conversar, passar

informações, encontrar as tribos, onde os amores começavam. Isso aí era nesses bares basicamente, onde aconteciam esses encontros de jornalistas” (MENDONÇA, 2018, APÊNDICE 2).

Era comum que o bar fosse o ponto de encontro entre jornalistas, porque é um espaço que permite “frequência, conversa, conhecimento. E o jornalista é uma praga. É um rato de bar. Porque lá dentro a gente conversa, fica sabendo de pauta, coisa que pode ser pauta, coisa que já foi pauta (...) É um minifórum de debate” (MONTEIRO, 2018, APÊNDICE 1). Havia também os jornalistas que esperavam o jornal ser impresso [na gráfica] no bar, madrugada adentro), e até levavam a primeira edição para os garçons.

Uma parte era motivada pela fome, que o pessoal saía do jornal esfomeado, pelo alcoolismo também, a maioria, e a necessidade também de trocar ideias, de se informar, de se socializar, e eram etílicos, encontros etílicos, basicamente de muita conversa, passava a noite inteira conversando, trocando ideia, discutindo política, discutindo... Só que naquela época (...) era o tempo da ditadura, era uma época mais de rumores do que outra coisa, não se podia falar muito alto, mas sempre você tava desconfiado de alguém, se na mesa ao lado tinha alguém da polícia federal, porque (...) naquela época a polícia federal atuava pra prender, pra repressão ideológica, repressão política. (MENDONÇA, 2018, APÊNDICE 2)

A considerar o contexto histórico deste período, em que tais bares eram fielmente frequentados por jornalistas, vale lembrar que “viviam-se os tempos do AI-5, o ato que suspendia as garantias constitucionais e elevava à categoria de guerrilha o confronto do aparato policial com as organizações de esquerda, em todo país” (VAZ, 2001, p. 109). O bar era, portanto, um ambiente de oxigenação em um cenário cuja política era antidemocrática e linha dura. Com a censura – muitos jornalistas da época lembram de serem proibidos de falar sobre determinados assuntos nos jornais – e autocensura, “tivemos muitos problemas com a ditadura, tanto dentro do jornal, quanto fora do jornal. E o bar era um refúgio. O bar era onde a gente se encontrava, contava as nossas misérias, contava as nossas conquistas” (MONTEIRO, 2018, APÊNDICE 1). Era nos bares que os jornalistas sentiam “a liberação política, a liberdade que você não tinha em outros lugares, você tinha no bar, até para discutir coisas de política. Não era uma coisa aberta, você não podia falar, mas você pelo menos resmungava” (LOPES, 2018, APÊNDICE 3).

Eu acho que havia sim muita gente que tomava isso [ir ao bar] como resistência. Na época tinha gente que não ia ao dentista, deixava os dentes podres, como uma forma de resistência. Ou não tomava banho, andava de chinelo com o pé sujo, andava desleixado, havia isso. Tinha intelectual na época que não ia ao dentista porque era uma forma de dizer que você era um oprimido com os dentes podres. Claro, assim como havia quem bebia pra caramba, o tal do beber pra esquecer, quer dizer, havia quem fazia do bar uma célula de resistência. (...) Tinham outros que não tomavam banho. E achava que era chique andar todo sujo, cheirando mal. Que era uma prova de que você tava contra tudo que tá aí. Aquele negócio... Como se aquilo fosse resolver alguma coisa! Mas tinha esse tipo de comportamento, e evidentemente que o bar também, tinha gente que achava que o bar era uma forma de resistência. E era de certa forma, porque você encontrava as pessoas e ficava falando mal de general (...) Era um refúgio. Era um escape, uma válvula de escape. (MENDONÇA, 2018, APÊNDICE 2)

A questão comportamental como resistência torna-se natural em algumas situações de opressão. Durante a ditadura militar, as pessoas “eram tão indefesas, não tinham nenhuma arma pra resistir, a única arma de resistência era seu próprio corpo, às vezes a sua própria degradação física” (MENDONÇA, 2018, APÊNDICE 2).

O bar é uma forma de resistência. Agora não sei. Naquela época era. Era ali que a gente se encontrava, Se você pegar meia dúzia de cara daquela época, onde mais se falava de política era no bar. Ou dez, vinte, enfim. Porque tinha essa liberdade. Porque se praticava essa liberdade. Não é só que tinha. Se praticava a liberdade. (MONTEIRO, 2018, APÊNDICE 1)

Pela proximidade e pelos fatores externos citados, o bar era considerado pelos jornalistas como uma extensão da redação e ainda proporcionava “uma sensação de liberdade, porque esses anos foram anos de ditadura, foram anos de controle (...) então o bar era o sopro de liberdade” (LOPES, 2018, APÊNDICE 3). O bar foi cenário de diversos acontecimentos para os jornalistas - de casamentos, separações, pautas, conversas. No bar também era possível falar de política, da censura e dos chefes de redação, por exemplo, com os outros colegas jornalistas.

Era um ponto de encontro, visto que durante a ditadura militar, aglomeração era proibida, bem como era de se desconfiar de quem andava sem documentos, a tal “vadiagem”. “Eu acho que a ditadura influenciou de você ir para boteco. Você não podia se reunir. Reunião era proibida. Juntava três pessoas e era subversão” (LOPES, 2018, APÊNDICE 3) e dessa forma o bar era uma desculpa para se reunir e trocar ideias. Além disso, havia uma união entre jornalistas, até mesmo de outras

redações, porque “havia uma política muito forte, uma tortura muito forte nesse país, era uma coisa horrível. Então, passar pelos governos Médici, Geisel, Figueiredo, eu acho que isso provocou um certo amor” (LOPES, 2018, APÊNDICE 3).

O uso do corpo, desses encontros, da presença feminina e mesmo das discussões sobre política disfarçadas de conversa tornaram o bar um cenário de resistência, quando o comportamento era uma das maneiras de reagir ao sistema antidemocrático.

4 MEMÓRIA

Reconstituir determinada época num trabalho jornalístico é, antes de mais nada, uma visita às lembranças daqueles que vivenciaram a história que será contada. É necessário portanto ouvir e compreender as memórias individuais, sendo memória “esse lugar de refúgio, meio história, meio ficção, universo marginal que permite a manifestação continuamente atualizada do passado” (PINTO, 1998, p. 307). A memória é um objeto de estudo determinante e ao mesmo tempo frágil, visto que pode ser modificada com o passar do tempo e de acordo com a experiência de cada um.

O conceito de memória é crucial porque na memória se cruzam passado, presente e futuro; temporalidades e espacialidades; monumentalização e documentação; dimensões materiais e simbólicas; identidades e projetos. É crucial porque na memória se entrecruzam a lembrança e o esquecimento; o pessoal e o coletivo; o indivíduo e a sociedade, o público e o privado; o sagrado e o profano. Crucial porque na memória se entrelaçam registro e invenção; fidelidade e mobilidade; dado e construção; história e ficção; revelação e ocultação. (NEVES, 1998, p. 218)

Não se pode confiar plenamente na memória por não ser um dado preciso (PORTELLI, 2006), entretanto ela é recheada de detalhes e figuras criadas a partir de fenômenos individuais, interessantes para o desenvolvimento do resgate histórico e do fazer jornalístico. Esses detalhes podem ou não mudar de acordo com a distância temporal do acontecido e o envolvimento do personagem na cena. A memória é a racionalização de uma experiência passada e sujeita a alterações.

A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam: ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discursos críticos. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica. (NORA, 1993, p. 9)

Usada como um instrumento de resgate daquilo que passou, a memória ainda atua para preencher a lacuna da falta de documentos escritos sobre o assunto, ou

mesmo como complemento desses, contendo informações não encontradas em arquivos (PORTELLI, 2006). É possível dizer que no princípio da oralidade, “quase todo o edifício cultural estava fundado sobre a lembrança dos indivíduos e a inteligência, nessas sociedades, estava identificada com a memória” (LÉVY, 1993, p. 77).

Neste ponto, a memória surge também como método de pesquisa através de entrevistas, fenômeno chamado de história oral no universo do pesquisador. A história oral “pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas” (THOMPSON, 1992, p. 17).

A história oral pode ser entendida como um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (ALBERTI, 1989, p. 52).

Fontes orais são capazes de revelar e esclarecer intenções e pensamentos a respeito do que foi vivido (ALBERTI, 1989), mas devido a seu teor psíquico e emocional, sempre de forma subjetiva (THOMPSON, 1992). É impossível não considerar o contexto de quem conta a história, bem como suas características individuais na hora de relatá-la.

Entende-se ainda que “a memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos” (THOMPSON, 1992, p. 17). No caso deste projeto, em que a memória é responsável por reconstituir uma época – Curitiba nas décadas 1960 e 1970 –, e não um fato isolado, são necessários diversos depoimentos para construir o cenário o mais próximo possível da realidade, e não apenas um. “Um quadro não pode produzir totalmente sozinho uma lembrança precisa e pitoresca. Porém aqui, o quadro está repleto de reflexões pessoais, de lembranças familiares, e a lembrança é uma imagem engajada em outras imagens” (HALBWACHS, 1990, p. 73).

Conforme realizadas, as entrevistas reiteram pontos em comum, pois ainda no campo da memória, “à medida em que os acontecimentos se distanciam, temos o hábito de lembrá-los sob a forma de conjuntos” (HALBWACHS, 1990, p. 72), e é por

isso que aqui acontecimentos perdem a forma precisa e ganham contornos de um painel de lembranças. Também é possível perceber a memória coletiva – essas são as que aparecem no discurso devido a um senso-comum entre o grupo de entrevistados. Com relação à memória coletiva, entende-se que a memória só existe porque o grupo a construiu, e uma pessoa sozinha depende da lembrança da outra; toda memória é coletiva portanto (HALBWACHS, 1990), o que a faz mais ou menos verdadeira, mas fiel a quem se lembra. Contudo, para fins do uso da memória no campo da historiografia:

Seria o caso, então, de distinguir duas memórias, que chamaríamos, se o quisermos, a uma interior ou interna, a outra exterior; ou então a uma memória pessoal, a outra memória social. Diríamos mais exatamente ainda: memória autobiográfica e memória histórica. A primeira se apoiaria na segunda, pois toda história de nossa vida faz parte da história em geral. Mas a segunda seria, naturalmente, bem mais ampla do que a primeira. Por outra parte, ela não nos representaria o passado senão sob uma forma resumida e esquemática, enquanto que a memória de nossa vida nos apresentaria um quadro bem mais contínuo e mais denso. (HALBWACHS, 1990, p. 55)

As memórias coletivas e históricas são limitadas por um grupo, o período em que ele existiu e quando foi rememorado (HALBWACHS, 1990), e aparecem nos depoimentos de reconstituição da época, como forma de percepção pessoal ou não. São necessárias para fortalecer um discurso, ainda que sem a mesma garantia de um documento físico, mas como instrumento validado por alguém que vivenciou um fato ou uma sucessão de fatos. Afirma-se que “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente” (HALBWACHS, 1990, p. 71).

Considerando os usos da história oral como fonte de pesquisa e as variações da lembrança enquanto pensamento individual e coletivo, este projeto se propôs a entrevistar quinze jornalistas que conviveram no período supracitado, em Curitiba, de modo a resgatar suas memórias à respeito da temática e interligar os depoimentos entre si.

5 JORNALISMO E LITERATURA

Quando o jornalismo, responsável por apresentar fatos, e a literatura, expressão de conteúdo ficcional por meio de metáforas e palavras (MOISÉS, 1995) se aproximam, um novo gênero é criado, o jornalismo literário. Essa fusão se dá quando a informação é contada a partir do uso de recursos narrativos oriundos da literatura. Pode-se dizer que a aproximação de ambos cresceu entre os séculos XIX e XX, porém a passos curtos devido a “generalização de relações capitalistas” (SODRÉ, 1977, p. 339).

Depois de praticamente ter nascido da literatura, o jornalismo havia se afastado pouco a pouco dela. O acelerado processo de urbanização dos dois séculos anteriores produziu o aglutinamento de pessoas com ideias e princípios diferentes. Com sua visão de jornalismo como negócio e para atingir um público mais amplo, a imprensa americana começou a adotar padrões de objetividade e de linguagem. A finalidade era atingir o máximo de leitores com formações diferentes e graus de instrução díspares. Essa visão empresarial acabou reforçando o padrão jornalístico baseado na pirâmide invertida, tão largamente difundido no Brasil (BELO, 2006, p. 24).

A objetividade do fazer jornalístico, praticamente unânime, foi ganhando novos contornos também devido ao interesse de seus profissionais. Havia, por um lado, jornalistas interessados em publicar ficção, e, por outro, escritores desiludidos com os altos preços do mercado editorial. Portanto, inserir a literatura no jornal era, para os escritores, “um ótimo negócio. Não só porque recebiam em dia dos novos padrões, mas também pela visibilidade que ganhavam a partir da divulgação de suas histórias e de seus nomes” (PENA, 2006, p.29). Os novos padrões de linguagem passaram a motivar o leitor a comprar o jornal no dia seguinte e ainda eram capazes de “alegrar” os anunciantes pelo aumento da tiragem (PENA, 2006).

Apesar das críticas à estrutura popularesca, o folhetim democratizou a cultura, possibilitando o acesso do grande público à Literatura e multiplicando o número de obras publicadas, até críticos ferozes da cultura de massas, como é o caso de Edgar Morin, renderam-se a essa evidência, considerando o estilo como socializante, na medida em que destrói as barreiras sociais, dirigindo-se ao pobre e ao rico, ao culto e ao ignorante, descrevendo com realismo a condição de vida dos deserdados e a opulência dos grandes, abrindo os olhos do leitor para as injustiças mais gritantes (PENA, 2006, p.31).

Tal aproximação foi perdendo espaço devido a prioridade jornalística às *hard news*, especialmente durante a Segunda Guerra Mundial, quando era inviável fazer uma cobertura extensa e aprofundada, tanto pela questão monetária quanto pela dificuldade tecnológica. Oficializaram-se, então, como características jornalísticas, o uso da pirâmide invertida e do *lead*, os folhetins ficaram de lado e as reportagens ganharam prioridade máxima (LIMA, 1995). Foi dessa época o surgimento dos suplementos literários, que têm “a função de acrescentar alguma coisa aos jornais, mas devem seguir incondicionalmente as características da imprensa moderna” (PENA, 2006, p. 40), entendidas como a objetividade e o foco comercial da produção jornalística.

Partindo desse cenário, a oficialização do jornalismo literário como gênero, e não apenas um suplemento, só foi possível graças ao advento do *New Journalism* (Novo Jornalismo), entre as décadas de 1950 e 1960, nos Estados Unidos. A partir de críticas ao jornalismo tradicional, à atmosfera *hippie* que começaria a tomar conta do comportamento e ao interesse em escrever textos literários, que vão de crônicas a romances, os fatos passaram a ser escritos “com recursos mais próximos da literatura do que a linguagem apressada, telegráfica e enxuta — não necessariamente no bom sentido do termo — do jornalismo” (BELO, 2006, p. 24), quase como uma revanche à objetividade. Enquanto o “pai” do *New Journalism* é Tom Wolfe, escritores como Gay Talese, Truman Capote e Lillian Ross são considerados precursores do *New Journalism*, embora mesmo antes da culminação do termo o recurso já fosse utilizado em livros e jornais.

Ainda assim, o jornalismo literário “não se trata da oposição entre informar e entreter, mas sim de uma atitude narrativa em que ambos estão misturados” (PENA, 2006, p. 21). O gênero se mantém fiel ao jornalismo quanto à apuração, entrevistas, ética e verdade. A diferença é a fuga das regras burocráticas da escrita e o modo como são narrados os acontecimentos, dando prioridade aos personagens, descrevendo detalhes e ambientes e não necessitando ser extremamente factual.

Os fatos passaram a ser escritos “com cor, vivacidade, presença. Isto é, com mergulho e envolvimento total nos próprios acontecimentos e situações, os jornalistas tentando viver, na pele, as circunstâncias e o clima inerente ao ambiente de seus personagens” (LIMA, 1995, p. 96). O *New Journalism* ganhou vários formatos, desde reportagens mais longas até imersão de repórteres em suas pautas (o que ficou conhecido como jornalismo gonzo). O jornalismo literário é uma história, não só uma

notícia, cuja informação é somada ao uso de adjetivos, enredos e personagens que dão vida à narrativa (WEISE, 2013).

No Brasil, duas publicações foram as principais expoentes do *New Journalism*, ambas lançadas em 1966: a revista *Realidade* e o *Jornal da Tarde*. Inspirados pela movimentação na área ocorrida nos Estados Unidos, os veículos foram essenciais “para a consolidação do texto na reportagem à brasileira – também mais descritiva e menos interpretativa –, fator que levou, finalmente, ao embrião do livro-reportagem no país” (BELO, 2006, p. 30).

5.1 LIVRO-REPORTAGEM

Para entender o livro-reportagem, é necessário primeiro entender o conceito de reportagem, que nada mais é que “uma extensão da notícia e, por excelência, a forma-narrativa do veículo impresso” (SODRÉ; FERRARI, 1986, p. 11). A reportagem exige investigação e apuração dos fatos (LAGE, 2001), bem como narra origens, personagens e desdobramentos do ocorrido. Uma reportagem aprofundada e extensa é chamada de grande reportagem, justamente por ser maior e mais detalhada que uma reportagem comum.

A partir daí, surge também o livro-reportagem, “um instrumento aperiódico de difusão de informações de caráter jornalístico” (BELO, 2006, p. 41), que pode ser tanto uma compilação de reportagens publicada em forma de coletânea quanto um trabalho feito já com o intuito de ser um livro, ainda mais aprofundado e complexo que uma grande reportagem.

O livro pede um nível de detalhamento, profundidade e contextualização que outros veículos não conseguem oferecer. Até por sua extensão e pelo trabalho mais acurado de pesquisa, ele leva evidente vantagem em relação aos periódicos na hora de explorar as ramificações de um tema, as conexões entre fatos diferentes, os desdobramentos de cada história e as infinitas maneiras de contá-la. É uma forma mais ampla e profunda, sem a fragmentação que caracteriza a cobertura jornalística cotidiana. (BELO, 2006, p. 42)

O diferencial do livro-reportagem em comparação aos demais livros está em três pilares: função, tratamento e conteúdo. Por função, entende-se que o objetivo da publicação é informar sobre acontecimentos factuais em profundidade. Sobre o

tratamento, está a atribuição de uma linguagem jornalística mais maleável dada a utilização de recursos advindos da literatura. Finalmente, quanto ao conteúdo, se difere pela obrigação da abordagem de acontecimentos reais (LIMA, 1993). Não há também a necessidade do imediatismo, dando ao livro-reportagem autonomia para contar sua notícia no tempo em que for necessário para tornar-se interessante e fidedigna.

A aproximação dos fatos com a literatura também atinge o leitor, pois “quando uma história se mantém no foco do interesse público, é quase certo virar uma ‘reportagem-novela’. Reproduz-se, então, a mesma forma do folhetim, que veio a dar o romance, e surge o livro-reportagem” (SODRÉ; FERRARI, 1986, p. 94). O livro se torna um objeto de interesse sem tempo de validade e pode ser escrito pelas tantas formas criativas que são permissivas à literatura.

Podem ser citados como marcos de livro-reportagem *A sangue frio* (1966), de Truman Capote, lançado nos Estados Unidos, bem como os livros do jornalista Caco Barcellos no Brasil, *O Abusado* (2003) e *Rota 66* (1992). O livro-reportagem permite uma narração mais ou menos similar a uma biografia, tanto de uma pessoa quanto de um ambiente e contexto histórico, como acontece em *Solar da Fossa* (2011), de Toninho Vaz, e *Chega de Saudade* (1990), de Ruy Castro. Inspirado nesses livros foi o processo de criação do livro-reportagem produzido a partir dessa pesquisa, que ganhou o título *A Luta Bebe Cerveja*, como uma referência as relações entre sociabilidade e resistência.

5.2 E-BOOK

O advento das novas tecnologias permitiu a inserção do livro digital no mercado editorial, o que naturalmente inclui o livro-reportagem como uma de suas categorias. Pode-se dizer que esta evolução começou em 1971, com a criação de uma biblioteca digital por Michael Stern Hart, surgida com o intuito de democratizar o acesso ao conteúdo e chamada *Project Gutenberg*. De acordo com seu fundador, “a maior valência criada pelos computadores não seria a computação, mas o armazenamento, a recuperação e a pesquisa daquilo que estava nas nossas bibliotecas” (PROJECT GUTENBERG, 1992).

O uso da rede de computadores para armazenar livros no Project Gutenberg foi a porta de entrada para inserir o mundo digital ao cotidiano, visto que neste

mesmo ano foi culminado o uso da palavra “internet” e, aos poucos, a ideia de que cada pessoa poderia ter seu computador pessoal. Ainda assim,

Até há pouco tempo a compreensão da leitura em formato electrónico ainda era restrita, pensava-se apenas em versões digitalizadas de um livro já publicado em formato impresso, o que, por consequência, acabou por limitar o sentido do que seria efetivamente um e-book (DANTAS, 2011, p. 23)

O primeiro best-seller a ser publicado somente em meio eletrônico foi *Riding the Bullet* (2000), de Stephen King, que em menos de um dia atingiu a marca de 400 mil downloads. No final dos anos 1990 e início dos anos 2000 começaram a surgir aparelhos exclusivos para leitura de livros digitais, como o *Rocket eBooks* e o *softbook Press* (DA SILVA, 2014). Os dispositivos de leitura foram evoluindo até encontrarem uma maneira mais eficaz de dialogar com os leitores, que é o que a *Amazon* faz atualmente através do *Kindle*, um tablet com tecnologia que permite a similaridade com um livro impresso durante a leitura. Além, é claro, das questões monetárias de assinatura por *streaming* e o preço dos livros digitais, que atraem os consumidores.

O mercado editorial de livros digitais, a princípio, não compete diretamente com o de livros impressos, pois cada um tem suas particularidades. Trata-se mais de uma mudança de suporte do que de uma substituição, embora ainda não se possa prever o futuro das publicações tradicionais. Outra questão fundamental para entender o crescimento do *e-book* é o uso de interatividade em sua plataforma, como anexo de vídeos, áudios e etc., o que não é possível no livro impresso.

No Brasil, os livros digitais ganharam mais visibilidade a partir de 2012, ano em que em seis meses, mais de 5 mil novos *e-books* foram colocados à venda, número facilitado também pela chegada da *Amazon* no país (COUTINHO. PESTANA, 2015). Em 2015, já eram cerca de 16 mil obras disponíveis. Desde o princípio, a popularização do *e-book* e do conteúdo digital dá-se devido à democratização do acesso à informação, de tal forma que "nunca antes na história da humanidade o livro esteve tão próximo dos leitores: a apenas um clique de distância" (PROCÓPIO, 2015, p. 12). Estima-se que existam mais de 9,5 milhões de leitores de livros digitais no Brasil (COUTINHO. PESTANA, 2015).

Pelo crescimento de seu espaço no mercado e facilidade de acesso, o *e-book* foi o formato escolhido como suporte do livro-reportagem originado a partir desta

pesquisa, para que seu conteúdo seja facilmente encontrado e pelas interatividades permissivas ao meio digital. O livro *A Luta Bebe Cerveja* utiliza recursos digitais para contar sua história, como mapas, músicas e fotos, para causar uma experiência sensorial diferente da que a de uma publicação impressa.

6 METODOLOGIA

O processo de realização deste livro-reportagem digital se deu a partir de etapas de pesquisa e produção próprias da grande reportagem. Destaca-se, para a metodologia, o uso de pesquisa qualitativa para auxiliar no desenvolvimento do tema, de acordo com a maneira em que os dados coletados foram tratados aquêns ao senso comum (NEVES, 1996), oposta à pesquisa quantitativa.

A primeira etapa foi a revisão bibliográfica a respeito da ditadura militar do Brasil, a partir de livros, filmes, reportagens e séries, de modo a compreender tal momento histórico de maneira mais detalhada. A pesquisa buscou também como se deu a resistência democrática contra o regime militar, tanto nos moldes tradicionais quanto nos inusitados.

Nesta primeira pesquisa, houve de pronto a intenção de encontrar citações a respeito de bares, restaurantes e espaços de lazer em contextos políticos. Percebe-se, portanto, a ausência deste tipo de conteúdo especificado, pois ele se encontra escondido e muitas vezes tratado em segundo plano, nas entrelinhas, ou como subtexto. A partir daí, deu-se início a pesquisa sobre sociabilidade: do que trata este tema da sociologia e porque é visto de forma invisível.

Entendendo o conceito, a pesquisa ganhou profundidade ao localizar momentos em que a sociabilidade esteve presente em contexto de resistência durante a ditadura militar. Esta temática foi trazida para Curitiba, entre os anos de 1964 e 1985, sob a perspectiva de jornalistas que frequentavam bares regularmente.

Para compreender a importância desses encontros, exigiu-se que fossem realizadas entrevistas com esses jornalistas, para provar a tese de que a sociabilidade também fez parte do processo de resistência democrática naquele contexto. Foram entrevistados 15 jornalistas (QUADRO 1) – nos moldes da entrevista em profundidade¹⁴ - para chegar a essa conclusão, entre abril e setembro de 2018.

Também foi necessário mapear espaços de sociabilidade em Curitiba à época, bem como encontrar a conexão entre os dois temas. Após isso e devido ao uso das entrevistas, compreendeu-se que a pesquisa estava sujeita à temática da memória, pois dependia do discurso oral das fontes e do que eles se lembravam.

¹⁴ Por entrevista em profundidade se entende uma técnica qualitativa para obter informações e depois analisá-las, a partir de questões abertas ou fechadas para fontes, sobre determinado assunto. O objetivo é alcançar uma reflexão, coletar dados, remontar o passado e entender contextos. Neste trabalho foram feitas 15 entrevistas nesses moldes com os jornalistas citados no Quadro 1.

Enfim, com a junção de dados, veio o processo de escrever as histórias contadas pelos entrevistados exemplificando a tese, em formato de livro-reportagem digital. A escolha pela plataforma digital dá-se pelo seu crescimento no Brasil e a possibilidade do uso de recursos interativos, bem como a gratuidade de acesso ao conteúdo.

QUADRO 1 – ENTREVISTAS COM JORNALISTAS

Nome	Duração aproximada	Data
Luiz Manfredini	6h30	12/04/2018
Dinah Ribas	2h	17/04/2018
Carlos Mazza	2h	19/04/2018
Paulo Roberto Marins	3h	23/04/2018
Jaime Lechinski	1h30	23/04/2018
Roberto José da Silva	2h30	24/04/2018
Nilson Monteiro	1h30	24/04/2018
Alberto Melo Viana	2h30	07/05/2018
Dante Mendonça	37m	10/05/2018
Adélia Maria Lopes	1h20	16/05/2018
Adherbal Fortes de Sá Jr.	30m	16/05/2018
Elza Oliveira Filha	1h30	13/08/2018
Vania Mara Welte	2h	14/08/2018
Cícero Cattani	2h	20/08/2018
Jaques Brand	30m	14/09/2018

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância de trazer à tona as memórias da ditadura civil-militar brasileira a partir de diferentes contextos é a força motriz desta pesquisa, cuja proposta foi criar conexões entre resistência democrática e sociabilidade. A resistência, vista sempre “dentro da caixa” e restrita à luta armada, e a sociabilidade, um tema que ocupa um lugar tão difícil que beira a invisibilidade, se unem para mostrar que o cotidiano é matéria-prima para entender camadas mais profundas, perceber como a sociedade absorve as grandes paixões e impasses históricos.

O livro-reportagem *A Luta Bebe Cerveja* busca retratar como era o comportamento de profissionais da imprensa num momento de perda de liberdade, principalmente fora das redações. Funciona como um registro, uma grande conversa, que relembra um momento íntimo na vida daquelas e de muitas outras pessoas. A necessidade dos jornalistas em se ajudarem entre si para que a informação honesta e cidadã fosse garantida é retratada na prática de frequentar os bares diariamente, já que estes se tornam um espaço seguro em um ambiente repressivo. É possível compreender que nos bares foi reforçado o DNA do jornalismo, desde entrevistas e checagens até a troca de informações.

Diferente do que se pensa à primeira vista, não é apenas na relação de trabalho que está a vida política do indivíduo, mas também no modo como ele se comporta com os amigos, nos lugares que frequenta no tempo livre e como utiliza esse tempo. Sob repressão constante no regime militar, jornalistas precisavam encontrar um refúgio que os tirasse da mira da censura.

Sempre visto como boêmio, não é uma novidade esperar que jornalistas se encontrem no bar. Nas décadas de 1960 e 1970, principalmente, esses espaços se tornaram uma válvula de escape ao ambiente autoritário, bem como eram utilizados para debates políticos.

O uso de bares dessa maneira, ainda que despretensioso, é visto como uma forma de reagir, resistir e lutar. O comportamento, a cultura e a rotina ganham outras cores quando se tornam armas devido à falta de liberdade.

Rememorar o cotidiano desses jornalistas e entender como se deu o comportamento social em meio ao regime militar é uma forma de não esquecer a história, bem como tornar possível analisar novos momentos políticos dentro e fora do

país. Este é o objetivo do livro *A Luta Bebe Cerveja*, demonstrando assim que é possível contar uma grande história a partir dos pormenores.

De tal forma, também é possível notar que além do trabalho fechado à resistência por parte de jornalistas a partir da sociabilidade, existe todo um universo que ocorre na vida privada, nos pequenos grupos e na micro-história. Inúmeros pequenos acontecimentos constroem a sociedade, e buscar essas facetas do cotidiano é entender a sociedade e mostrar ao outro como reage o ser humano em determinadas situações, também o preparando para o porvir.

Cada bar visitado e pessoa entrevistada se desdobram em infinitas possibilidades, cujos anos não devem apagar, mas reviver, sob diferentes prismas e estudos, que podem ser desenvolvidos em pesquisas posteriores.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Vereba. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ARAÚJO, Maria do Amparo Almeida. **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. Recife: Cia Ed. de Pernambuco, 1995. Disponível em <<http://www.dhnet.org.br/dados/dossiers/dh/br/dossie64/br/dossmdp.pdf>> Acesso em 11/06/2017.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **Experiências de resistência ao Regime Militar (1964-1985)**. Dimensões, n. 13, p. 104-111, 2001.

ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais. Um relato para a história**. São Paulo: Editora Vozes, 1985.

BAPTISTA, Ayrton Luiz. **Quase só jornal**. Curitiba: Edição do Autor, 2009.

BELO, Eduardo. **Livro-reportagem**. São Paulo: Contexto, 2006.

BOLETIM INFORMATIVO [da] Casa Romário Martins. **Calçadão, vinte anos depois**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, Vol XIX, nº89, jul. 1992, p. 12.

BORDIN, Laura Beal; LORIANNY Suelen. **Sem liberdade, eu não vivo** - mulheres que não se calaram na ditadura. Curitiba: Editora Compactos, 2013

BOUDON, Raymond. **Tratado de sociologia**. Tradução por Teresa Curvelo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

BRAGA, Gilberto. **Anos Rebeldes**. Brasil, 1992, 40 min.

CARVALHO, Evelyn Raquel; BORGES, Suzana Maria. **Babados e batalhas** - a difícil vida fácil das profissionais do sexo em Curitiba. Tuiuti: Ciência e Cultura, pp. 73-89, Curitiba, 2005.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório de mortos e desaparecidos políticos**. Vol. 3. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf>. Acesso em: 11/06/2017.

CONY, Carlos Heitor; LEE, Anna. **O beijo da morte**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2003.

CORÇÃO, Mariana. **Os tempos da memória gustativa**: Bar Palácio, patrimônio da sociedade curitibana (1930-2006). Curitiba: UFPR, 121 f. Dissertação (Mestrado em História) -, Universidade Federal do Paraná, 2007.

COSTA, Carina Gotardelo; SERGL, Marcos Julio. **A música na ditadura militar brasileira** - Análise da sociedade pela obra de Chico Buarque de Holanda. Iniciação Científica, v. 1, n. 1, p. 35-40, 2007.

COUTINHO, Pedro; PESTANA, Olívia. **eBOOKS**: evolução, características e novas problemáticas para o mercado editorial. **Páginas a&b: arquivos e bibliotecas**, p. 169-195, 2015.

DANTAS, Taísa Rodrigues. **Letras electrónicas**: uma reflexão sobre os livros digitais. Lisboa: Universidade de Coimbra, 2011. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/18917>>. Acesso em: 03/11/2018.

DA SILVA, Gabriel Cardoso Gomes. **Capacidades interativas dos dispositivos de leitura de livros digitais**. Iniciação-Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística, v. 4, n. 3, 2014.

DE CASTRO, Nilo André Piana. **Anos Rebeldes**: e o uso da imagem como elemento potencial didático em leitura crítica da mídia e formação de capital social. AEDOS, v. 4, n. 11., 2012.

DESTEFANI, Cid. Curitiba se diverte. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 jan 2014. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/nostalgia/curitiba-se-diverte-egne9oahbjbgf5ykw6jtozy32>> Acesso em 17/06/2017.

EGAS, R. **Ecos da noite**: crônicas e notas de 1957 a 1959. Curitiba: Editora da Fundação Cultural, 1982.

FAUSTO, Boris. **Negócios e ócios**: histórias da imigração. 2. ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1997.

FERNANDES, José Carlos. A verdadeira boneca do Iguaçu. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 31 ago 2012. Vida e Cidadania. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/a-verdadeira-boneca-do-iguacu-2pgx8xsa7vvfqsskypm3fw9ji>> Acesso em 17/06/2017.

FERNANDES, José Carlos. O acervo esquecido do mestre Chicão, fotógrafo que retratou a Curitiba das décadas de 1960 e 1970. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 fev 2016. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/o-acervo-esquecido-do-mestre-chicao-fotografo-que-retratou-a-curitiba-das-decadas-de-1960-e-1970-2g1p3yfcy3nv7flo6oab88flc>> Acesso em 18/06/2017.

FERNANDES, José Carlos. O levante do Bar Palácio. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 out 2013. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/a-verdadeira-boneca-do-iguacu-2pgx8xsa7vvfqsskypm3fw9ji>> Acesso em 17/06/2017.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FRÚGOLI, Heitor. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. Vol. 1. Coleção As Ilusões Armadas, São Paulo: Cia da Letras, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. Trad. De Laurent Léon Schaffter. São Paulo/Revista dos Tribunais, 1990.

HELLER, Milton Ivan. **Resistência democrática: a repressão no Paraná**. Curitiba: Editora Paz e Terra, Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1988.

IBGE. **População dos municípios das capitais e Percentual da população dos municípios das capitais em relação aos das unidades da federação nos Censos Demográficos**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>> Acesso em 17/06/2017.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e reportagem jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

LAHUERTA, Milton. **Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil**. Cadernos AEL, v. 8, n. 14/15, 2010.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. São Paulo: Ed. 34, 1993.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. 2ª ed. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1995.

LOPES, João Teixeira. **Públicos, palcos e amigos: olhares sobre a recepção cultural**. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, p. 1646-3137, 1998. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/lopes-joao-teixeira-recepcao-cultural.html>> Acesso em 17/06/2017.

LOYOLA, Leandro. O Filho do Caçador. **Revista Época**, Rio de Janeiro, 06 nov 2003. Edição n.º 286. Disponível em <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG61067-6009,00-O+FILHO+DO+CACADOR.html>> Acesso em 12/06/2017.

MAFFESOLI, Michel. **A Sombra de Dionísio: contribuição a uma sociologia da orgia**. Tradução por Aluizio Ramos Trinta. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no Pedaco**: Cultura Popular e Lazer na Cidade. São Paulo, Brasiliense, 1984.

MAGNANI, José Guilherme Cantor; DE LUCCA TORRES, Lilian. **Na metrópole**: textos de antropologia urbana. Edusp, 1996.

MARINS, Paulo Roberto. Noite quente. **Leite Quente**. Curitiba, v. 4, n. 10, out.1992.

MARKUN, Paulo; HERZOG, Clarice. **Vlado**: retrato da morte de um homem e de uma época. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MILLARCH, Aramis. Uma história a espera de um cronista: nossa noite. **O Estado do Paraná**. Almanaque. Curitiba, 04 jan 1989.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. 7ª ed. São Paulo (SP): Cultrix, 1995.

NAPOLITANO, Marcos; VILLAÇA, Mariana Martins. **Tropicalismo**: as relíquias do Brasil em debate. Revista Brasileira de História, v. 18, n. 35, p. 53-75, 1998.

NEVES, José Luis. **Pesquisa qualitativa**: características, usos e possibilidades. Caderno de pesquisas em administração, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.

NEVES, Margarida de Souza. **História e Memória**: os jogos da memória. In: MATTOS, Ilmar Rohloff (org.). **Ler e escrever para contar**: documentação, historiografia e formação do historiador. Rio de Janeiro: Access, 1998.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLINDA, Caroline. Curitiba foi pioneira na campanha. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 jan 2009. Vida Pública. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/curitiba-foi-pioneira-na-campanha-bdzz1yc2vvn0dlfk33y08r4e>> Acesso em 11/06/2017.

OTÁVIO, Chico. O Calabouço que alimentava a resistência. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 mar 2008. Disponível em <http://www.gda.com/consulta_noticias.php?idArticulo=525774> Acesso em 28/05/2017.

PENA, Felipe. **Jornalismo Literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

PINTO, Pimentel Júlio. **Uma memória do mundo**: ficção, memória e história em Jorge Luís Borges. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

PORTELLI, Alessandro. **O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944)**: mito, política, luta e senso comum. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J.

(Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

PROCÓPIO, Ednei. **A revolução dos eBooks**: a indústria dos livros na era digital. São Paulo: SESI SENAI Editora, 2015.

PROJECT GUTENBERG. **História e filosofia do Project Gutenberg**. 1992. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/wiki/PT-PG_Hist%C3%B3ria_e_Filosofia_do_Project_Gutenberg_por_Michael_Hart>. Acesso em: 03/11/2018.

RATTON, Helvetio. **Batismo de sangue**. Brasil, 2006, 110 min.

ROLIM, Maria do Carmo. **Gosto, prazer e sociabilidade**: bares e restaurantes de Curitiba, (1950-1960). Curitiba: UFPR, 250 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, 1997.

SÁ JR, Adherbal Fortes de. **Vestido branco**: a aventura musical. Curitiba: Edição do Autor, 2006.

SALOMÃO, Roberto Elias. Lei da Anistia, herança da ditadura militar. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26 ago 2014. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniaao/artigos/lei-da-anistia-heranca-da-ditadura-militar-ecno5r0o0d1nufnqml4kix9vy>> Acesso em 17/06/2017.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. Summus Editorial, 1986.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa do Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

STAVISKI, Norberto. **Pelos Bares do Paraná**: vida é a arte do encontro, o bar é o lugar. Curitiba: Palavra Viva, 2004.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista**: a construção do feminismo pós luta armada no Brasil (1975 – 1980). São Paulo: Editora Intermeios, 2013.

TELES, Fidias. **Os malabaristas da vida**: um estudo antropológico da boemia. Recife: Comunicarte, 1989.

TERRA; Renato; CALIL, Ricardo. **Uma noite em 67**. Brasil, 2010, 93 min.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

URBAN, Teresa. **1968 ditadura abaixo**. Curitiba: Editora Arte e Letra, 2008.

VAZ, Toninho. **Paulo Leminski**: o bandido que sabia latim. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VAZ, Toninho. **Solar da fossa**: um território de liberdade, impertinências, ideias e ousadias. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

VENTURA, Zuenir. **1968**: o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

WEISE, Angélica. **Jornalismo literário**: uma análise das reportagens de José Hamilton Ribeiro publicadas na revista Realidade. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013.

ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. **1968**: eles só queriam mudar o mundo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

APÊNDICE 1 - ENTREVISTA NILSON MONTEIRO

Trechos da entrevista realizada com o jornalista Nilson Monteiro, no dia 24 de abril de 2018, às 16 horas, em Curitiba. Ele atuou em jornais nacionais e paranaenses, publicou treze livros e é um boêmio convicto. A entrevista durou 1 hora e 28 minutos.

Qual é a sua trajetória como jornalista?

Veja, eu fui trabalhar em jornal, em 60 foi uma época difícil, muito difícil porque eu era adolescente, um pouquinho mais adolescente e eu saí de Campinas, onde eu morava, em São Paulo, e fui pra Londrina. Fazia o colegial aquela época, segundo e terceiro ano do clássico. E já me encontrei em Londrina. Londrina pra mim foi o melhor lugar do mundo e é o melhor lugar do mundo, porque eu encontrei um habitat, um bando de vagabundo igual eu que a gente frequentava os mesmos lugares, as mesmas pessoas, a mesma turma, etc.. E não só jornalista. Pintores, intelectuais de uma forma geral, professores, médicos e isso... Londrina sempre foi uma cidade muita libertária. E lá, evidentemente, a gente reunia essa cambada no bar. Aliás tem uma frase do Leminski, evidente que muita gente já deve ter falado pra você, que Leminski dizia com muita propriedade que o Rio é o mar, Curitiba é o bar, não tinha jeito. E em Londrina a gente tinha lá os pontos de encontro, um monte de bares na cidade, a cidade é pródiga em bar e lá a gente pensava, discutia, xingava, ficava amigo, ficava inimigo e a cidade, então... no teatro tem expoentes assim muito grandes e na música né, dá pra dar nomes assim. Às vezes as pessoas "mas quem que eram naquela época?" (...) Enfim e essa turma vivia e convivia entre ela, e onde? No bar. Nós tínhamos alguns bares lá como o "Forinha", que era um bar frequentadíssimo por nossa turma, bar do Tio Mário...

E eu trabalhava em um jornal chamado *Folha de Londrina* e a gente editava parte do jornal num bar chamado Lema. E eu conheci todos, obviamente, então essa turma cresceu muito em tudo o que fazia, dentro dos bares. Em qualquer atividade dessa artística cresceu dentro do bar, né. Artes plásticas, cinema, (...) música, tinha o "Patife Bands", que era uma molecada, e o que tinha no fundo de tudo isso: a política. Além da nossa técnica, que eu aprendi jornalismo no bar mesmo. E técnica de jornalismo.

A gente inovou muito. Literatura. Mas o que tava por trás disso era a ditadura militar, o que nos unia era a falta de liberdade. Todas essas artes e manifestações culturais, o jornalismo é uma delas. Ah, tinha um outro lugar também lá, que chamava Churrascaria Campo Grande, era um lugar ponto de encontro dessa macacada. E tinha outros lugares, eu vou lembrando, porque, porra, eu já tô careca e sem muita memória, né. E tudo isso fazia com que nós discutíssemos muito, né. Tinham uns grupos de teatro que a gente participou, e tinha os grupos de estudo de literatura e tinha os grupos de jornalismo. Tudo isso era como se fossemos irmãos, era quase como religião, era a ditadura militar, que foi o pior mal que o Brasil teve em sua história recente. E não só pelos estragos na economia, política etc.. Mas principalmente porque "canou" o debate político. Não tinha debate político. Tipo 30 anos sem discutir política. Qual a nossa liderança hoje? Ou é uma liderança velha, ou é uma liderança nova, sem nenhuma expressão. E bobinha, e populista e imbecil. Por que? Porque não houve nesse período todo de ditadura o debate, a conversa minha e sua. Eu vou te respeitar, você vai me dizer "ah, não, mas tal pessoa tá certa". Eu vou dizer não, não está. Eu penso assim, você pensa assado. E a gente tem que respeitar. Ser tolerante com esse tipo de pensamento dos outros, né. Então nós tivemos muitos problemas com a ditadura, tanto dentro do jornal, quanto fora do jornal. E o bar era um refúgio. O bar era onde a gente se encontrava, contava as nossas misérias, contava as nossas conquistas. Falava muito de mulher. Adorávamos as mulheres.

Onde você vai falar disso tudo? É no bar. Não vai falar disso na igreja. Nem tampouco na tua casa, porque na tua casa é um ambiente diferente, não que na minha casa fosse um ambiente tão diferente assim. É que na tua casa, você não tem a sua turma, a tua tribo. O encontro da tribo se dá no bar. Então naquela época era assim. Dali saíram expressões em todos os campos, da manifestação tanto política quanto artística e cultural e jornalística. A minha vida começou ali, jornalística, e depois andei mais que caixeiro viajante em termos de jornal, em termos de comunicação e tô aqui já faz 30 anos numa cidade que em acolheu maravilhosamente bem, de braços abertos e fiquei (...) Fiquei aqui 12 anos na chefia da Gazeta Mercantil. Trabalhei em um monte de lugar e jornalismo passei por televisão, rádio, jornal, agência de publicidade. Tudo isso fruto daquela discussão que teve naquela época toda. Aí você me pergunta "porra, então seria bom ter a ditadura de novo pra que juntasse as pessoas pensantes." Nunca. Ditadura, nós perdemos amigos. Outros foram

torturados, outros desandaram, desandaram. Outros sofrem até hoje com os males que sofreram, e toda a nossa geração, e a geração posterior, especialmente a geração posterior, é vítima dessa falta de discussão política. Então quero que essa coisa que a gente conquistou, que foi a liberdade, que foi a democracia no país, perdure. Acho muito ruim quando grupos radicais, sejam eles de que matiz forem, se choquem, do meu ponto de vista, de uma forma tão imbecil, em vez de você debater e tentar tirar dali proveito para que o país aprenda que esse é o regime que a gente vive, com toda a imperfeição que ele tem, desde a época dos gregos e dos romanos, a democracia é o regime de governo mais perfeito que existe. Com todo mal que tem, com todo erro que tem, com toda a imperfeição que tem, não abro mão.

Em Curitiba, quando vim pra cá (...) em Londrina então, participamos de muito diretório estudantil. Fui presidente do Diretório Central da UEL. Fui presidente do Diretório Setorial, fui membro, como estudante, um membro representante discente no Conselho Universitário, fizemos coisas. E eu vim pra cá depois, em 70, quando começou a minha peregrinação jornalística, né, e fui pra São Paulo, onde trabalhei três vezes em três lugares diferentes. Num jornal de extrema esquerda, que era O Movimento, num jornal de extrema direita, que era a Gazeta Mercantil e num jornal de centro, aparentemente de centro, que fazia coisas de jornal de centro, que era O Estado de São Paulo. No Estado a gente trabalhava no Caderno 2, então apelidado de "Gaiola das Loucas". Era um barato, enfim. Mas essa vida toda nasceu devido ao debate no bar. Não a vida, esse tipo de coisa, não. O que a gente discutia no teatro, e a gente discutia sei lá aonde, dentro da redação, fora da redação, mas o bar era o lugar que nos dava ambiente pra discutir, né.

Você se sentia mais à vontade?

Sim, porque no bar você bebe, ou não bebe, tinha muita gente que não bebia, né. Mas você bebe, fica mais alegre, mais feliz. Se você quiser, depois vou te passar um poema meu que chama "Bar". Foi uma vida, muito rica, tá. Muito rica. Queria que a juventude de hoje tivesse essa vida rica que a gente tinha. Porque as exposições são muito antagônicas, muitos em choque, não dá. (...) Não é isso que nós precisamos. Nós não precisamos de gente falando fórmulas prontas, frases feitas, que já foram faladas, milhões de vezes. Não dá. Então isso não contribui. Eu tenho muito receio do que vem, sabe. Do que veio até aqui, eu acho que foi uma coisa de aprendizado. Na

universidade nós brigamos, apanhamos, fizemos o demônio, né, mas foi bom, foi bom, o resultado foi bom, né. Tem o Paul... não me lembro o nome dele. Ele foi líder da revolta que houve em Sorbonne, em Paris, em maio de 68. E aí perguntaram pra ele se ele faria o mesmo que ele fez naquela movimentação que houve, 472 estudantes presos em Paris, etc.. Se ele faria o mesmo. Ele disse que faria o mesmo pra aprender o que não deve ser feito assim. O que daquilo lá tinha que fazer de novo, e o que daquilo lá devíamos servir de amadurecimento, de aprendizado na vida. Eu acho que é assim, a gente aprendeu. E onde a gente mais aprendeu foi em bar, em tudo. A se apaixonar, se largar, juntar. Depois em Curitiba a mesma coisa, né. Em Curitiba tava tentando lembrar alguns bares que a gente frequentava. Bife Sujo era a grande capela de todos os caras que eram artistas ou estudantes, o Kapelle, que ficava no fim da... nome de rua eu sou uma desgraça... ele ficava lá no fim. O Casa Velha que era aqui em cima, no cemitério do Abranches, em frente. O Caruso, Bar do Caruso era o bar de um poeta chamado Caruso, que já morreu, que era um catarinense, que nós frequentávamos, quem gostava de literatura, né. E ali era um terror, né. Era debate, era discussão... depois teve também o Stuart lá no centro, na praça Osório. O Stuart era point também, depois ficou muito caro, depois ficaram ladrão aqueles vagabundo. É um bar que tem mais de 100 anos, né. O Bar do Padre é o lugar que eu mais eu amo em Curitiba e é o bar que não é bar, é um muquifo. Absolutamente um muquifo. O Bar do Padre é lá no Cajuru. Rua D. João VI, sem número. Não tem número, é uma portinha menor do que aquela ali, o bar era do tamanho disso aqui, mas é um bar que tem mais de 50 anos e todo mundo se conhece, é uma história assim, que se eu for te contar, nós vamos passar três dias falando do Bar do Padre. Mas é o bar que eu mais gosto. Mas é assim, mulher pra entrar lá, é muito difícil. Porque os vagabundo só querem saber de puta... Não tem ninguém que entre lá com a cabeça um pouquinho mais arejada com o que está acontecendo. Mas é um bar... que eu costumo dizer uma frase também, que eu aprendi não sei com quem, já faz tempo: "bar tem que ter alma". bar sem alma, por exemplo, esse bar da moda, não tem nenhuma alma. Ninguém sabe quem passou ali, ninguém sabe quem conversa ali. Ninguém sabe da vida dos outros, ninguém sabe da mulher do outro, pra quem que ela tá dando, pra quem que não tá dando, não fala mal de ninguém. Isso é um bar sem alma. Não tem alma nenhuma. O bar com alma é aquele que todo mundo se conhece, que é próximo, embora um seja dono da ALL, engenheiro, médico, e o outro seja engraxate, seja (...) mas é comum. O que unifica

muito isso aí é futebol. Futebol, escola de samba, que são uns negócios muito populares, uma cultura muito popular e a gente acaba indo. Eu fui parar naquele bar em 95, que eu fui conhecê-lo. Tinha um amigo meu, lá no Bamerindus, eu trabalhava na comunicação do Bamerindus, ele me falou "porra, você tem que conhecer bar em Curitiba". Eu não tenho que gostar do bar, o bar é que gosta de mim, e ele falou "você tem que ir lá comigo" e eu fui lá e, porra, nunca mais saí, né. O bar não tem nada. Tem cachaça, cerveja geladíssima, lugar pra sentar, poucos, pouquíssimos. Se você chegar um pouquinho mais tarde, tem que ficar em pé. Três mesas, eu acho, três, quatro mesas. Tanto que eu chamo alguns caras daqui pra ir pra lá, ninguém quer. Aquele muquifo filho da puta. É um muquifo. O Ratinho não sai de lá, o velho, não o filho. Então é um encontro de cultura, de miséria, de riqueza cultural que é o bar. Não tem o bar, "ah o bar que eu só vejo piano tocando", que eu também gosto, pra mim não é o bar. Outro dia vi no Largo da Ordem um bar com uma apresentação de um piano e um sax. Lindo, lindo, lindo. Aí pedi uma cerveja. Aí pedi uma cerveja e a mulher falou "o dono da casa, é contra a filosofia dele". "Mas o que que serve?" "Chá. chá e chá". Falei "filha, se eu quisesse chá, eu ia pra igreja. No bar eu vim pra beber" Como não tem cerveja no bar? "Não, é que é a filosofia do dono da casa", ela falou. Pois bem, a minha filosofia é beber. Você fala pra ele que esse show é maravilhoso, e que ele não merece esse show aqui. É um show lindo, assim, de música argentina, de música uruguaia, de música portenha, né. Mas, porra, não dá. Tchau, fechei a conta e fui embora. E pra comer tinha "ah, tem sanduíche", não tenho nada com quem vai lá e toma chá e come sanduíche de asa de morcego, não é um problema meu, é um problema do cara que gosta. Eu não. Eu quero saber se tem bolinho frito, carne de onça. Então o bar é uma escolha sua. Não é uma escolha "ah, vamo lá que aquele bar é legal". Às vezes você vai e não é. O bar do Torto, era legal até certo ponto. Começou a lotar, atravessou a rua, aquele monte de gente, um barulhão do cacete. Você não consegue conversar. Então pra quê que eu vou no bar se eu vou no bar pra beber e conversar? Se for só pra conversar fico em casa, conversando com os amigos; se for só pra beber, não, beber sozinho é contra o meu princípio, contra a minha religião. Então, aqui no bar, nós jornalistas de Curitiba... Tinha um bar chamado Retranca, que era ao lado do Sindicato dos Jornalistas. Ali muita gente caiu duro de tanto tomar. E era um barzinho pequenininho e era um barato porque a gente ia em reuniões do sindicato, saía e ia no Retranca. Ou ia no Retranca antes e depois ia pra reunião. E fechou aquilo lá. E então, às vezes eu vou

lembrando de bares que são... esses todos aqui foram muito importantes aqui pra mim em Curitiba. O Stuart, o Kapelle, o Casa Velha, o Bife Sujo, o Caruso, bastante legal era o Caruso, o pessoal falava poema, porque ele era poeta, então pegava um livro e começava a ler (...) Então o bar é isso, tem que ter alma. Não adianta bar, por mais lindo que ele seja, por mais fino que ele seja, com piano, com sax, com sei lá o quê, se não tiver alma não vai. A mim, pelo menos, pode ser que tenha gente que agrade, né. Que seja mais fino do que eu. Eu sou um grosso. Assim como, acho que às vezes, eu tô a fim de comer alguma coisa que nesses outros bares não tem, eu vou comer e acabou. Eu vou ali naquele bar ali da esquina. tem uns salgadinhos lá que só tem ali. Eu vou ali. Como eu vou em outro lugar? Mas, do meu gosto não. Meu gosto é do bar do Padre pra baixo.

E o que é essa alma? São as pessoas?

As pessoas, as conversas, o conhecimento. O tipo de tratamento que você tem com a pessoa. (...) Então no bar é um tipo de troca. Quem é você e quem sou eu. Isso é uma troca. Não dá de graça. É uma troca e você evolui muito com isso também. Embora, às vezes, você só fale besteira. Você vai no bar, só fala de mulher. No meio daquela conversa de mulher às vezes não sai nada. Só besteira. E as meninas a mesma coisa, eu acredito. Mais hoje ainda, que teve uma evolução violenta. As mulheres desejam. Mostram que desejam. Aquilo que a gente deseja, não tem problema. Por que que a mulher não pode desejar do mesmo jeito, né? (...) No bar se dá tudo isso. Não tem censura no bar. E a censura é uma coisa que tem que ficar encarnada lá atrás. Lá na ditadura, que já acabou nos anos 80. A censura é uma coisa que se você for fazer na tua casa, com seus netos, sua sobrinha, com a sua filha, sei lá com quem, e se você quiser também, mas, no bar, não dá. (...) O bar é isso, tem que ter alma. Tinha antes o Armazém Santa Ana, lá embaixo naquela estrada velha que vai pra Joinville. O Armazém Santa Ana, quando era do pai deles, um cara chamado Pedro Spack, polonês. Era um bar de alma. Sabe, cheio daqueles tamancos velhos, comida para vender no saco, linguiça, queijo, tudo pendurado. Banco de madeira, era uma delícia quando era do Spack lá. Porque o bar... aquele monte de velho ia pra lá pra contar mentira, coisa do passado. Eu ficava com as duas orelhas ligadas, né. Agora continua lá ainda, o Santa Ana, mas um bar de moda. Não dá, não dá. Não dá pra ir. Aquele som altíssimo, bilhões de carros parados, um bar de moda.

O Fábio e a Ana, que são os filhos dele, por isso que o nome do bar era bar Santa Ana, armazém Santa Ana, foi um público que eles escolheram não é? O Pedro tinha um outro público, que era muito mais pobre, bem menor, um cisco de público. Mas o bar era muito melhor, o armazém, pra mim. Tem gente que gosta. Eu fui duas vezes lá, e falei "olha, não vou voltar aqui não, não por não gostar de vocês, é que isso aqui virou um bar da moda". Bar da moda eu não preciso. Perto da minha casa eu saio, vou na beira do rio ali. Então o bar é isso. É frequência, conversa, conhecimento. E o jornalista é uma praga. É um rato de bar.

Por que jornalista é assim?

Porque lá dentro a gente conversa, fica sabendo de pauta, coisa que pode ser pauta, coisa que já foi pauta. Mete o pau no que... quando tinha jornais, porque agora acabou tudo, a gente trocava ideia, dava sugestões pro jornal. Hoje eu ainda dou ideia pra gente que tá trabalhando em televisão que são amigos meus, Sandro Dalpícolo, Dulcineia Novaes, todo esse povo é amigo meu há muito tempo, dou ideia, né... O bar era um fórum, mini fórum de debate, de conversa. (...) Então o jornalista, tem que ter uma paixão. Não que ele já nasce jornalista, ele se faz jornalista. E segundo, ele tem que ter o bar. Esta faculdade. Ou o bar, ou um lugar em que ele se encontra com os outros. Pode ser diretório estudantil, sei lá aonde. Às vezes o cara não bebe, pode ser na igreja, na casa dele, não sei. Mas ele tem que ter um lugar de encontro para que ele discuta com as pessoas, converse com as pessoas. Tenho muito pena dos jornalistas de hoje, inclusive nossos aqui, que saem com cinco pautas por dia. É impossível. Não faz assim. Se fizer, faz merda. Não faz. O jornalista tem que saber ir lá, checar. Isso a gente aprende no bar. Vai lá, volta, apanha, volta, apanha. Não aprende na faculdade. Eu falava isso pros professores: "pô, vocês não sabem porra nenhuma de jornalismo". E na redação eu aprendi. Aprendi desde o primeiro dia. Continuo aprendendo até hoje. Ninguém sabe tudo. Ninguém sabe nada, A nossa profissão, a lição dela, quando você acorda pela manhã: "só sei que não sei nada". É uma lição Socrática que tem que nortear a nossa vida. Senão não aprende nada. O cara muito cheio de si, prepotente, muito "sei tudo", não sabe porra nenhuma. E o bar é um ambiente de que você pode aprender. Pode ensinar, aprender, discutir. Essa piaçada toda, a gente frequentou muito o bar. A gente gastava o salário em bar. Aqui em Curitiba, em Londrina nem se fala. Ficava devendo

nos botecos. E eu acho que é uma coisa assim de aprendizado, sobretudo de respeito com as pessoas. De humildade pra saber que você não sabe nada. E de convívio, feliz alegre.

Naquela época, de ambiente repressivo, como era a relação de vocês estudantes, jornalistas, desse encontro no bar, se sentiam vigiados, alguma coisa assim?

No bar nunca, né. Bar é muito difícil os trogloditas dos censores irem né. Pode ser que no meio deles também tenha um dedo duro, mas também nunca tem. Se acaba descobrindo, o cara tá morto. Não me sentia, no bar não. Me senta em outros lugares, né. Na minha posse do Diretório Central, tinha mais política federal do que gente. Era muita gente. Era muito difícil, era um período que eu não desejo nunca mais.

Você sentiu medo?

Medo, a gente tinha medo de atravessar a rua e ser atropelado. Medo de ser preso, medo que atrás de uma árvore saísse um cara e te desse uma. Em Londrina era muito assim. Eu não gosto de falar muito que eu começo a chorar. Mas no meu discurso de posse, nós tínhamos um discurso de posse preparado, que o conteúdo era basicamente um conteúdo acadêmico. Um dia antes foram presos sete professores da UEL, que pertenciam ou ao Partido Comunista ou ao PCdoB, foram todos presos de madrugada. Ninguém sabia onde estavam. Nós mudamos esses discurso, da diretoria, e virou um discurso de porrada. E porrada contra a ditadura, perguntando onde tava tal, tal e tal professor, que a gente exigia a devolução deles. Alguns deles eram amigos nossos, não todos, mas uma boa parte. Então era assim, sabe. Você ia no teatro, tinha um monte de gente olhando se você estava lá ou não. Tua ficha no DOPS era recheada. Mas a gente fez o que devia ser feito. Ninguém foi herói. A gente fez o que devia ser feito. Tentar conquistar o país em que se pudesse falar, escrever, mostra o que é, né.

Você considera que lutou contra a ditadura?

Absolutamente. Depois vou te dar umas pererecas que não é biografia, dá pra você ter ideia do que foi a minha vida na época estudantil e na época de jornalista. Na Folha de Londrina, pra você ter uma ideia, onde eu trabalhava, tinha um mural a polícia federal pregava bilhetinho do que tava proibido falar naquele dia. Quais eram os assuntos proibidos? Vocês imaginam isso? Vocês não imaginam o que era isso, que a gente queria falar e não podia. Eu descobri que a polícia matou um menino lá em Londrina, e não podia falar no jornal. Então foi uma vida muito difícil. Eu faria tudo de novo, mas com a mesma visão do cara da Sorbonne. Para aprender o que foi, que a gente fez e não repetir. Eu acho que hoje eu virei outro cara. As pessoas se autodenominam hoje de esquerda, de direita, muitos dos meus amigos, eram de partidos clandestinos. Eu nunca fui. Não que eu não quisesse ou pudesse, mas porque eu sabia que se eu entrasse num partido eu teria que seguir o dogma dele. É uma cartilha fechada. Então nós brigamos muito. Não só eu. Não falo eu, porque isso parece herói. Falo nós. E muitos de nós estão por aí fazendo coisas maravilhosas. (...) Como eu sempre fui jornalista, desde os meus 19 anos a de idade, e hoje estou com 66, faz quase 50 anos que sou jornalista. E nunca deixei de ser. Tentei dar aula, fiquei um ano na faculdade dando aula e falei "não é o meu negócio". Embora eu gostasse muito de conversar com os jovens, mas porra, pegar o que você tem que falar na faculdade, eu não vou falar. Então era melhor não fazer. Se é pra fazer ruim, mal, é melhor não fazer. As pessoas tem que fazer as coisas da melhor forma possível. Jornalista, então nem se fala. (...) Não somos políticos, não faz parte de uma seita, não temos dogmas, a gente não nasceu amarrado e nem falamos a mesma linguagem. Acho que só isso a gente aprende ao longo de um monte de tempo também. Não sei se... Eu era meio, custa a aprender, mas aprende.

Era mais difícil não misturar política com jornalismo?

Eu sempre misturei. Não tem jeito de eu separar. Minha vida é política. Todo homem é um animal político. Só que a política ela pode ser suja, comprometida, ela pode ser limpa, digna, clara. O que eu tiver falando aqui com você eu falo na faculdade. Falo onde for. Em qualquer fórum, no bar. Eu não vou me tornar outro cara porque eu tô em um fórum diferente. Então isso é uma política. E você sofre muito. A gente sofre mais, se você tem essa postura. Muito mais. Todos os jornais que eu trabalhei.... Mas

eu também sempre fui muito respeitado por isso. Muito, muito. Não posso reclamar. Nunca fiquei desempregado.

Faz sentido pra você dizer que aqueles encontros no bar, naquela época, eram uma forma de resistência?

O bar é uma forma de resistência. Agora não sei. Naquela época era. Era ali que a gente se encontrava, Se você pegar meia dúzia de cara daquela época, onde mais se falava de política era no bar. Ou dez, vinte, enfim. Porque tinha essa liberdade. Porque se praticava essa liberdade. Não é só que tinha. Se praticava a liberdade. Muitos gays se revelaram gays no bar. Claro, o cara não assumia nunca, aí chegava no bar, soltava a franga. Outros não. E isso tudo bem, mas era uma forma de resistência. Outros viraram atores maravilhosos, outros cantores, outros poetas, escritores. Eu comento livros, tenho uma dúzia de livros e os primeiros arroubos literários nasceram no bar. No bar e na redação, e no grupo que a gente convivia. Por isso que era uma forma de resistência. Hoje não sei. Hoje parece que o pessoal vai no bar pra tudo menos pra conversar.

Mas eu falo naquele tempo, ainda mais por ser tão censurado...

É, era uma forma de resistência. Não sei, hoje eu não teria saco pra isso mais. Mas era sim uma forma de resistência.

[Era uma forma de resistência] por que vocês estavam juntos?

Por tudo. Estava junto, se encontrava, marcava coisas. Era uma amizade muito grande. Londrina, se eu te contar minhas histórias em Londrina, você vai chorar junto comigo. E aqui depois, e São Paulo a mesma coisa. São Paulo a gente frequentava só aquelas perebadas daqueles bares e... Era a mesma coisa. Outro ambiente era impossível a gente discutir. Na escola era impossível, a não ser como a gente fez, um movimento estudantil muito forte. Nós éramos em cinco mil estudantes da UEL naquela época. Quando eu fui concorrer em 74, 75 eu tive 4.800 votos, foi quase 100%. Mas não era porque eu era o divino maravilhoso, o iluminado, nem porque namorasse metade das meninas da universidade, é porque a gente tinha uma

proposta de união, de agrupamento de gente. De amplitude de ideias, que não tem os políticos hoje. No Brasil hoje falta uma frente ampla de gente progressista, de gente que vá desde o PT, PCdoB, PSOL, PSDB e que seja progressista. Aprenda um com os outros. Aprenda o FHC com Lula e o Lula com FHC. E esses babacas brigam entre si. E é preciso ler. Verbo de todo segredo, nasce da nossa profissão e se o cara não quer ser um merda nessa profissão, ler. Tem três letrinhas só. Ler. Não existe outro verbo. Nem beber, nem porra nenhuma. É ler, ler, ler. Senão não tem jeito de você entender o mundo. Ah, como é que os caras fazem hoje coisas que o Hitler fazia na Alemanha. E fazem. Não é só de "ah, vamo matar judeu". Não é isso. Essa porra desse nacionalismo, esse populismo que graça em toda a América Latina, é uma lição que vem desde o Goebbels, do Hitler. E você tem que ler, senão não vai entender nunca. Então o bar era uma forma de resistência.

E essa questão da resistência, até mesmo a questão cultural, né?

Principalmente a questão cultural. Se encontrava, fazia coisas. Se morria de tanto beber, que era o verbo mais conjugado da noite. A gente saía muito de madrugada do bar. Teve uma época em jornal.... Em Londrina eu editava o caderno 2 da Folha de Londrina. A gente tinha que fechar às oito da manhã pra poder rodar antes que os outros cadernos. A gente rodava a noite em boteco, lavava o rosto com água gelada e ia bêbado pro jornal. Editava o jornal e... Era um bando de irresponsável. Mas nasceu ali muita coisa. Então eu acho que o bar é uma entidade. Sinto muito hoje que eu não aguento mais esse pique, né. (...) Porque é assim, você vai ficando velho e não aguenta mais. Tem muita gente que aguenta e atravessa. (...) Acho que é isso. Não sei se eu resumi aí pra o que você precisava.

Por que que você diz que aprendeu jornalismo no bar?

Porque era a onde a gente discutia.

É a vivência, né?

É a vida. A vida ensina mais do que qualquer outra coisa. E o bar é importante. Também pra isso, né.

Então é uma fuga, uma escola, o bar é várias coisas na verdade

Acho que sim. É o encontro. Se o bar não tiver encontro não tem sentido. O que adianta você beber sozinho no bar? Vai voltar de cara cheia e não vai ter nem como voltar. Não consegue nem pegar táxi. O bar tem que ter encontro, conversa, senão não adianta nada. Então é tudo isso e a gente acaba virando alcoólatra mesmo. Se alguém pegar e falar pra mim "não, não, eu só bebo quando quero". Você é alcoólatra, não vem que não tem.

APÊNDICE 2 - ENTREVISTA DANTE MENDONÇA

Entrevista realizada com o jornalista Dante Mendonça, no dia 10 de maio de 2018, às 17 horas, em Curitiba. Cartunista, já atuou em diversos veículos paranaenses. É um frequentador de bares, já tendo escrito livros e colunas a respeito. A entrevista durou 37 minutos.

Me conta como era essa coisa de “bar de jornalista”.

Você vai encontrar a tribo dos radialistas, por exemplo, eles frequentavam outros lugares, na João Negrão, o Pote Chopp era o local dos radialistas. Aí o pessoal da televisão, a televisão tava iniciando, mas eram basicamente os mesmos lugares que o pessoal da mídia impressa, dos jornais. Mas você tem que observar que naquela época Curitiba era muito diferente de hoje, Curitiba era muito pequena, comparando com a atual Curitiba. Então não é como hoje, ao contrário de hoje, que você encontra 20, 30 emissoras de televisão, rádios... Na época, até uns anos atrás, você tinha uns quatro ou cinco jornais, seis, que já haviam desde a década de sessenta que já haviam 5, 8, 9 jornais, eram muitos. Mas, por outro lado, você tinha poucos pontos de encontro, bares, restaurantes. Pra você ter uma ideia, na década de 1970 por exemplo, não tinha restaurante de almoço, era difícil, você encontrava um ou dois. Churrascarias, no centro. Então os bares noturnos no centro eram muito poucos, que exatamente os bares noturnos era onde frequentava o pessoal da imprensa. Não seriam os bares diurnos, né? Porque tinha que trabalhar. Nós estamos nos referindo à noite, né? Bom, então como tínhamos muito poucos locais, poucos restaurantes na época, não havia muita diversidade, não eram muitos locais que o pessoal se encontrava. Então basicamente o que é que era? O grande ponto de encontro dos bares da imprensa, digamos, de restaurante, era o Bar Palácio. Todo mundo vai citar isso. O Bar Palácio ali da Barão do Rio Branco. Até porque o Estado do Paraná era do lado, a Rádio Guairacá também era do lado, o Diário do Paraná era pertinho, a Gazeta é ali na praça... Era tudo pertinho, era um triângulo das bermudas. Então basicamente, o Bar Palácio era o grande ponto de encontro. Claro, aí depois o pessoal saía do Bar Palácio... Saía da Redação, os jornais trabalhavam até mais tarde, por força do equipamento, dos meios, como chegava a notícia e tal, era muito

precário, fechava duas ou três horas da manhã. O Bar Palácio ficava até mais tarde, o Bar do Luiz que era ali na José Loureiro, e depois obviamente o pessoal saía pra vida noturna propriamente dita, que eram as boates, os lupanares, que aí ia até cinco ou seis horas da manhã. Mas vamos dizer assim, o mais importante de todos, o grande ícone, o ponto de encontro de jornalistas, da imprensa, nas décadas de 1960 e 1970, o ícone realmente, se for pra você definir onde a imprensa, os jornalistas se encontravam, era o Bar Palácio. Aí tinham outros, evidentemente. Por exemplo, por um breve tempo, acho que não chegou a durar cinco anos, mas que foi um ponto de encontro da imprensa também, foi muito importante na época, era o Bar Retranca, que tinha ali onde é nosso Sindicato hoje, nos fundos. Aí tinha os bares ali da Rua XV, começava pelo Bar Cometa lá no início, tinha o Guairacá, lá trás, você vai encontrar muita coisa na internet sobre isso, nas colunas do Aramis Millarch, lá é um grande ponto de informação. Aí tu vai encontrar, vem subindo, aí o cachorro-quente, o Bar Triângulo, que era um grande local que a imprensa também se reunia. Tinha o Jangil, que era uma pizzaria ali na Praça Osório. E aí você vai encontrar o Stuart e o Ligeirinho, que eram pontos de encontro da imprensa. Teve uma outra época que foi um razoável ponto de jornalistas, o Bar do Juarez, na Benjamin Constant, na esquina, era perto do Correio de Notícias, ali se formou um núcleo que o pessoal frequentava muito. E tinha, evidentemente, outro ícone, que aí reunia todas as tribos, mas aí era no sábado, que você encontrava toda imprensa de Curitiba que tava trabalhando, o no Passeio Público, o Pasquale. O Pasquale era um grande ponto de encontro nos finais de semana. Então basicamente era isso, aí você encontrava uma ou outra coisa conforme a época, tinha uma época que... mas aí também eram boates, bares de música, de show, que aí não era bar, era outra coisa. Já era um outro comportamento, não era um ponto de encontro da imprensa, digamos. No sentido de o pessoal chegar, conversar, passar informações, encontrar as tribos, onde os amores começavam. Isso aí eram nesses bares basicamente, onde aconteciam esses encontros de jornalistas.

E como eram esses encontros?

Olha, primeiro que de uma parte era motivada pela fome, que o pessoal saía do jornal esfomeado, pelo alcoolismo também, a maioria, e a necessidade também de trocar ideias, de se informar, de se socializar, e eram etílicos, encontros etílicos,

basicamente de muita conversa, passava a noite inteira conversando, trocando ideia, discutindo política, discutindo... Enfim, era, não mudou muito do que que é hoje um encontro de jornalistas, se se encontrar num bar, é a mesma coisa. Só que naquela época, como você bem lembrou, era o tempo da ditadura, era uma época mais de rumores do que outra coisa, não se podia falar muito alto, mas sempre você tava desconfiado de alguém, se na mesa ao lado tinha alguém da polícia federal, porque se hoje a polícia federal parece que tá ao nosso favor, no sentido de estar botando na cadeia os corruptos desse país, naquela época a polícia federal atuava pra prender, pra repressão ideológica, repressão política, então a polícia federal era nossa grande inimiga. Não era nem o exército, a nossa grande inimiga era mesmo a polícia federal. O exército não chegava até a gente, mas a polícia federal chegava, especialmente... os jornalistas eram vigiados, mas inclusive, o pessoal que fazia teatro também, o pessoal da área teatral sofria maus bocados com a repressão da polícia federal. E era gozado porque eles frequentavam, eram todos jovens, você olhava pra eles e parecia que eram da mesma turma, mas sempre se infiltrando pra ficar ouvindo e tal, era difícil a gente localizar quem era quem, volta e meia, a gente normalmente sabia. Eu fazia teatro, por exemplo, e a gente, com Manoel Carlos Karam, e a gente mandava o texto pra PF fazer a censura, pra você ter uma ideia, e eles censuravam a peça, cortavam um monte de coisa. Aí a gente montava a peça inteira, como se não existisse censura. Mas só que a PF mandava umas incertas, pra ver se a gente tava obedecendo os cortes dos textos que eles impunham. Então o que a gente fazia? Eles pediam pra fazer essas incertas, eles pediam dez, quinze ingressos. Com esses ingressos eles iam, qualquer dia da semana, olhavam, ninguém saberia se o cara era da PF ou não. E sabendo disso a gente, o bilheteiro da gente era uma pessoa chave. Por que? Porque esses ingressos que a gente mandava pra PF a gente marcava, tinha uma marquinha a lápis no meio de uma letra, alguma coisa que a gente sabia que aquele ingresso foi deixado na PF. Então todo bilhete que a gente pegava, recebia na bilheteria, a gente olhava. O bilheteiro tinha que ser uma pessoa de confiança. A gente olhava, sabia onde é que tava a marcação, se tava marcado a gente, opa, os homens chegaram. Aí a gente avisava pro elenco: olha, eles estão na plateia. Aí a gente fazia o texto conforme a censura havia estabelecido, fazia a montagem sem os textos, diálogos, as cenas que foram censuradas. Mas se não apareciam os ingressos, aí tacava o pau, aí fazia...

E que tipo de cena que era censurada?

Ah, eram bobagens! Se você ler toda a literatura a respeito da censura no Brasil, você vai ver que são bobagens. Se você pegar letras de Chico Buarque que foram censuradas por exemplo, e outros autores, você vai ver que eles censuravam bobagens. Nem lembro, pra te falar a verdade. Tanto é que eram bobagens que a gente nem lembra mais.

Onde que você se apresentava?

No Teatro... A gente fazia no Paiol, aí tinha o Teatro de Bolso, que era ali na Praça Rui Barbosa, em frente ao quartel, atravessava a rua e ia pra cadeia.

E tinha um medo de eles estarem de olho?

Ah, sempre tinha! Na própria redação do jornal havia uma autocensura. A gente se autocensurava muito. Tudo a gente tomava cuidado, pra não... Autocensura sempre esteve presente.

Tinha medo que acontecesse alguma coisa com você?

É, exatamente, a gente tinha medo do que não sabia. Porque se você tivesse na época participando de algum partido político clandestino, tivesse filiado e atuando por exemplo no PCB, o Partido Comunista, Partido Anarquista, sei lá. Aí você tava e lá e sabia, já sabia que tava sujeito a ser preso e tal, na época. Sujeito a ser chamado na PF e aquelas coisas todas, então essas pessoas já tinham um tipo de atuação muito discreta, já sabiam, já viviam clandestinamente, agora a gente que não era filiado a partido nenhum, não tínhamos filiação partidária com ninguém, éramos apenas profissionais, jornalistas, ganhávamos apenas o pão nosso de cada dia da redação de jornal, a gente tinha medo e não sabia do que. Tinha uns que sabiam o porquê. Que eram filiados a partidos comunistas, tinham uma história política por trás. Você falou com o Manfredini? O Manfredini era o cara do PCB, se a polícia desse uma batida na casa dele ele sabia porquê. Como eu, que não era filiado a partido político nenhum, nenhum partido clandestino, pelo menos, sabia que se alguém batesse na minha

casa de madrugada, com uma Veraneio azul, pra me prender, eu não saberia porquê. Então a gente nunca sabia que risco estava correndo. Sabia que tava correndo risco, mas que tipo de risco, e porquê e a razão, ninguém sabia. Era um clima meio de desconfiança, um clima muito triste. Mas era isso.

É, eu imagino mesmo, dentro das redações, às vezes se você faz uma matéria ou alguma coisa que desagrada...

Mas havia a autocensura. Dificilmente acontecia isso de você escrever uma matéria e você passar alguma dificuldade por isso, até porque passava pelo editor primeiro. E se passasse pelo editor, normalmente a PF não vinha em cima do repórter, ela vinha em cima do editor do jornal, a não ser em casos de uma reportagem... uma entrevista coletiva, que um jornalista se sobressaísse, tivesse alguma atitude estranha, poderiam ficar sobre a mira da polícia federal, mas basicamente eles percorriam o caminho normal, falar primeiro com o chefe. Depois chegava em você. Daí que funcionava a auto-censura, porque eu, por exemplo, era chargista, sempre fui chargista, os outros dez a quinze anos que eu to escrevendo. A charge por exemplo, eu fazia charge, mostrava pro meu editor, aí evidentemente ele já dizia: olha, essa não. Vamos mudar o tom, aí refazia a charge, fazia de outra forma, mudava a linguagem, mudava... Entendeu?

Você lembra algum caso assim que você teve que mudar?

Pois é, houve um caso que tiveram que recolher... A gente publicou uma charge que recolheram toda a edição do jornal das bancas. Uma ou outra, mas nada assim... Outras que tivessem dado um grande problema. É o que eu te digo... A não ser que a gente tivesse uma liberdade total pra publicar aquilo que a gente quisesse publicar, a primeira ideia que a gente tivesse, fosse lá e colocasse pra imprimir, o que não acontecia. Porque a autocensura realmente era bem forte, e a gente se cuidava, a gente se policiava muito pra não arrumar encrenca. Não só pra não arrumar problema pro jornal, mas pra não arranjar problema pra você também.

Você lembra que charge era essa? Que recolheram as edições?

Foi na Tribuna do Paraná, era uma piada meio de sacanagem, você veja que o puritanismo da época... Era uma música, tinha uma música da época que falava assim "onde a vaca vai, o boi vai atrás", você deve ter conhecido, então... Olha que bobagem. Era uma cerca de arame farpado, do lado de lá da cerca tava o boi e do lado de cá, a vaca, e eles andando. Os dois andando lado a lado na cerca, caminhando, o boi e a vaca. E em cima essa legenda, onde a vaca vai, o boi vai atrás. Mas uma besteira!

E recolheram todos os jornais?

É, olha. Uma idiotice assim. Você vê, como eu te falei, os caras eram muito burros, a censura é burra, idiota. Eles achavam que com uma frase você ia derrubar o governo, derrubar a ditadura. Que bom se fosse.

Essa questão de comportamento, era também uma forma de resistir, fazer... "Ah, se eu fizer uma piadinha aqui com isso", essa parte menos puritana, alguma coisa assim?

Evidentemente que como dizia o Millôr Fernandes, quanto maior a mordação, maior a mordacidade. Como a gente não podia fazer humor como se faz hoje, humor escrachado, que chega a ser desmoralizante por exemplo, como se vê hoje na televisão, faz humor sem limites, não tem mais limites, o que fazem com a Hoffmann, a senadora, a amante... O que fazem de piadas com ela, é um negócio que naquela época nem pensava. Não tem limites hoje do que você pode fazer, liberdade em termos de humor. Na época, não. Na época o humor era muito contido, era muito nas entrelinhas, muito contido e muito mordaz. Muito irônico, sabe, porque você não podia soltar os cachorros, tinha que ir devagar.

Você tentava?

A gente ia se distendendo. Indo devagarzinho até onde podia chegar. É a mesma coisa quando você vai botando a mão no fogo. Você vai colocando até chegar onde você resiste, onde você alcança. Onde seus dedos podem alcançar.

Era difícil falar de política?

Não. Difícil não era. Claro, falar de política, nada impedia. Não era um clima de "ah, não pode falar disso". Se falava normalmente. Só que você não podia chegar ao ponto que se chega hoje, você pegar qualquer órgão público, qualquer autoridade pública, e você fazer acusações de corrupção como se faz hoje, que a própria Polícia Federal, o próprio Ministério Público faz, na época nem pensar uma coisa dessas. Ou criticar. Ou crítica, mas umas críticas muito pontuais e muito justificáveis.

Bom, voltando aqui pros bares, se falava sobre essas coisas da ditadura nos bares? Tipo censura, que alguém foi preso... Mesmo tendo a possibilidade de ter um... espião?

Ah, com certeza. Se falava.

Faz sentido pra você falar que esses encontros nos bares eram uma forma de resistência?

Não acho que era uma forma de resistência, no sentido político que você frequentar um bar era uma forma de resistir. Eu acho que havia sim muita gente tomava isso como resistência. Na época tinha gente que não ia ao dentista, deixava os dentes podres, como uma forma de resistência. Ou não tomava banho, andava de chinelo com o pé sujo, andava desleixado, havia isso. Tinha intelectual na época que não ia ao dentista porque era uma forma de dizer que você era um oprimido com os dentes podres. Havia isso. Claro, assim como havia quem bebia pra caramba, o tal do beber pra esquecer, quer dizer, havia quem fazia do bar uma célula de resistência. É um negócio ridículo, né? Mas é o que se falava na época. O Nelson Rodrigues dizia, que é a famosa esquerda festiva. Eu conheci várias pessoas que não tratavam dos dentes porque isso era coisa de burguês. "Ah, esses burguesinhos aí que ficam tudo cheirosinhos". Então o cara andava com uma roupa desleixada, chinelão. O Leminski era um tipo assim, "ah, não quero nem saber". Tinham outros que não tomavam banho. E achava que era chique andar todo sujo, cheirando mal. Que era uma prova de que você tava contra tudo que tá aí. Aquele negócio... Como se aquilo fosse resolver alguma coisa! Mas tinha esse tipo de comportamento, e evidentemente que o

bar também, tinha gente que achava que o bar era uma forma de resistência. E era de certa forma, porque você encontrava as pessoas e ficava falando mal de general, chamando o cara de filha da puta, e não sei o que, era o local onde um cuidava do ego do outro. Era um refúgio. Era um escape, uma válvula de escape. Também tinha esse aspecto. O bar significava tudo. Tem até aquela frase, a epígrafe do livro Bar don Juan - quando a gente perde todas as esperanças, quando não sei o que, é uma frase longa, aí tá na hora de abrir um bar. Quando você não tem mais chance nenhuma. Você vai achar aí a epígrafe do Bar don Juan. Aí você vai ver, diz exatamente isso, esse livro, como é o nome do autor mesmo? (...) Olha, eu já até escrevi sobre isso. Abrir um bar, eis a questão. Fiz uma crônica sobre isso. Leia o primeiro parágrafo.

“Quando o processo histórico se interrompe, quando a necessidade se associa ao horror e a liberdade ao tédio, a hora é boa para se abrir um bar.”

Exatamente. O Bar Don Juan é do Antonio Callado. É um livro que você devia ler, exatamente ele fala de todo aquele clima dos anos 60, da ditadura, anos 60, 70. É muito interessante, sobre isso.

E você vê o bar como esse espaço de, talvez, liberdade?

Vejo. Eu até escrevi um livro sobre isso. O Botecário, você já viu? Vou até te dar de presente, então. Não é um livro, isso aí eu escrevi faz muito tempo. Aliás, foi o tema da minha coluna da Gazeta desse final de semana, eu escrevi sobre isso. Que o Lula uma vez me pediu, mandei pro Lula e ele adorou, mandou pedir mais. Aí eu escrevi essa história de que o Lula não lê, isso aí é uma mentira, porque ele pediu.

Qual era seu bar preferido dessa época?

Olha, meu bar preferido, que era, esqueci até de citar, era o bar Kapelle. A minha tribo frequentava o Kapelle. Era um bar anárquico. O Kapelle era numa época, na Barão do Serro Azul, depois ele veio aqui pra Saldanha Marinho. O meu bar, da minha turma, dos meus amigos... Era o Bar Kapelle na Barão do Serro Azul.

E quem era essa sua tribo?

Ah, eram várias, o pessoal de redação, mais jornalistas mesmo.

E vocês saíam da redação e iam pro bar? Como era essa rotina.

Quem saía mais cedo, ia pra lá. Quem saía da redação tipo 19h, 20h, ia lá fazer um aperitivo, ficava até às 21h, 22h, e depois ia pro Bar Palácio jantar e tal, então havia turnos. Era quase um ritual. Porque tinha um pessoal da imprensa, o pessoal da reportagem, os repórteres, começavam a trabalhar cedo, seis, sete horas tinha que terminar a matéria, a reportagem, e aí ia embora, entregava a matéria e caía fora. Agora, tinha o pessoal da cozinha, e eu trabalhava na cozinha do jornal, então eu ficava normalmente até o final, até fechar o jornal. Então meu horário de sair do jornal, por mais de vinte anos eu nunca saí antes das onze horas da noite.

E aí não tinha graça voltar pra casa?

Não, você saía onze horas, quando você tava duro, sem dinheiro, você voltava pra casa. Mas se você tinha um pouco de dinheiro, saía pra comer, né. Tomar pelo menos uma cerveja.

Dante, em quais jornais você trabalhou?

Eu trabalhei no Estado do Paraná, Tribuna do Paraná, Correio de Notícias e Gazeta do Povo. Nessa época era o Estado e a Tribuna ali nas Mercês.

E você lembra de alguma comida ou bebida que te marcou?

Olha, o nosso prato de resistência à noite sempre foi aquele filé Paraná, que tem lá no Bar Palácio, aquele filezinho na grelha. Aquele com cebola, arroz, que tem hoje no Bar Palácio, aquele filé paranaense, aquele lá era a peça de resistência. A bebida evidentemente tem fases. No começo a gente tomava muita cerveja, mas aí começa a ganhar um pouquinho mais, aí passa pelo uísque. Cerveja, uísque, agora larguei e

só tomo vinho. Você fica velho e larga tudo. Na velhice a gente fica só no vinho. Vai selecionando, exatamente. Existe um processo de aprimoramento.

Então do mesmo jeito que tinha gente que não tomava banho pra resistir, tinha gente que ia pro bar?

É exatamente, é isso aí. Achava que não tomar banho era uma boa postura de resistência.

E era?

Claro que não! Mas na época as pessoas não tinham... Eram tão indefesas, não tinham nenhuma arma pra resistir, a única arma de resistência era seu próprio corpo, às vezes a sua própria degradação física. O cigarro... Fumava-se pra caramba. É uma forma de degradação física. Era maconha, outros tóxicos. Mas basicamente maconha, cocaína na época, não se falava. No nosso meio era muito mais a maconha, tinha bastante. Não é meu caso porque eu sempre fui um careta, nunca fumei maconha. Mas bebia bastante. Te confesso que bebia bastante. Agora, uma grande parte [dos jornalistas] sim. Os mais jovens. Quem tem mais saúde. A ala dos roqueiros já era mais ligada num baseado.

APÊNDICE 3 - ENTREVISTA ADÉLIA LOPES

Trechos da entrevista realizada com a jornalista Adélia Lopes, no dia 16 de maio de 2018, às 17 horas, em Curitiba. É da primeira geração de mulheres a trabalhar em redações, no final dos anos 1960. Frequentadora de botecos, também fez história no jornalismo paranaense. A entrevista durou 1 hora e 21 minutos.

Vamos falar sobre essa coisa de jornalista e bar.

Começa que na minha geração as mulheres começaram a frequentar os bares. Então não era muitas, mas a gente ia, inclusive para jogar sinuca, tinha o Bar do Hermes, que era onde tinha sinuca. Eu me lembro a Terezinha Cardoso, ia junto, a Roseli Abrão, aí tinha o Bar Palácio, que mulher não entrava sozinha. Daí a gente ia com os meninos da redação, até que houve um protesto e a gente conseguiu derrubar essa lei machista do Bar Palácio. Aí tinha... o que eu considero de importância principalmente anos 70, 80, 90, que o bar era uma extensão da redação. Ali se discutia pauta, política e se ia pra cama também. Não vou negar. Mas era essencialmente a extensão da redação. Você marcava encontro na redação, “vamo terminar e discutir no bar”, porque tinha mais liberdade, o diretor não estava junto, o chefe não estava junto e você... isso na época do jornal O Estado do Paraná, se discutia muito a política da redação, liberdade da redação. A gente discutia até para destituir chefe, se fosse o caso, então a gente ia muito no Bar Palácio porque ficava perto do Estado do Paraná, então a gente ia lá. Aí depois teve, nos anos 90, tinha o Bar Retranca, que, se não me engano era dentro do Sindicato dos Jornalistas, para você ter uma ideia da importância do bar. O bar era importante para a gente.

E por que?

Exatamente por isso, porque era uma sensação de liberdade, porque esses anos foram anos de ditadura, foram anos de controle, de ligação, a gente era controlada pelo Dops, teve as vezes que o carro do jornal ia me levar para a casa. Perigo de estar sendo seguido, perseguido, era muito sério, a ditadura foi uma coisa séria. Então o bar era o sopro de liberdade. Primeiro liberação feminina, né. As meninas... A

gente começou a ir nos bares e nos sentíamos à vontade nos bares. A liberação política, a liberdade que você não tinha em outros lugares, você tinha no bar, até para discutir coisas de política. Não era uma coisa aberta, você não podia falar, mas você pelo menos resmungava, e se fazia pauta e os bares eram pautados. Então a gente... o Bar Palácio rendeu várias matérias, o Hermes bar, onde tinha sinuca, rendeu matéria até quando roubaram o papagaio do Hermes e foi matéria "roubaram o papagaio do Hermes", então o bar era um extensão, não só da casa, como das redação mesmo. Eu quero me lembrar de um episódio de bar... o Retranca era impressionante, lotava todas as noites, segunda, terça, quarta, e era um bar dentro do sindicato e quem dirigia o bar era um fotógrafo, Jorge Graaf, já falecido, faleceu nos Estados Unidos. Então ali era uma efervescência. Ali saía até briga, entendeu, com diretoria de sindicato, com tudo. E daí tinha o Tortuga, onde a gente ia também, que era o do garçom do bar Palácio abriu o Tortuga, aí o Estado do Paraná mudou para s Mercês e nosso reduto virou o Tortuga, que era um restaurante.

Mas era mais longe também, né...

É, e daí era... e também se divide, eu não sei ma o Jornal do Brasil aí o pessoal ia em bar que tinha dinheiro, aí ia no Scavollo, não era mais botequeiros, entendeu? Era um bar que tinha pianista ao vivo... Aí se dividia até socialmente também, é uma coisa bem interessante isso. A minha geração foi também de bar, por falar em bar popular, o Bife Sujo, que era... Só que assim, não era bar de jornalismo, era bar de artista, e que tinha jornalista, sabe. Então eram as figuras da noite. Aí a gente fazia bloco, até bloco de carnaval saía. Então tinha o bar da Mara, que era o Kapelle, todo mundo deve ter citado o Kapelle, que era outro reduto que a gente ia. Hoje não há mais isso. Hoje não há reduto típico de jornalismo, a categoria está acabando. Jornais estão acabando, não há mais um espírito de redação, então não há mais bar para nós. Nós não somos mais botequeiros, sabe. Você não vê... Você vê a meninada, lota os bares, mas não existe mais um ponto de encontro em bar. Você tinha certeza que se você fosse no Kapelle, você ia encontrar Paulo Leminski, se você fosse no Bife Sujo, você ia encontrar o Ivo, do cantor da Blindagem, se você fosse no Hermes, iria encontrar um monte de gente. Então acabou isso. Não existe mais esse ponto de encontro. Tinha também o bar do Jazz, na madrugada, aí a gente esticava na madrugada.

No sábado?

No sábado. O Trumpet, que a gente ia para lá. Tinha o Bar 21, da sinuca, que não era do Hermes, era um bar só de sinuca, na Marechal Deodoro, Bar 21, em que o Beto Batata começou lá, depois ele criou o... que acho que foi o último ponto de encontro de jornalistas, que eu posso me lembrar, é o Beto Batata, acho que encerrou a nossa fase botequeira com o Beto Batata.

Em que época mais ou menos?

O Beto Batata, foi até esse século, aí acabou. Então a nossa fase de boteco... E que a gente se inspirou muito no Pasquim, porque o Pasquim, todas as matérias dele, faziam entrevistas em bar e tinha sempre citando bar, tinha até personagens... o “chopp news” lá e tal. Aí aquilo também inspirava a gente a ir em bar.

Por que? Por que o Pasquim era uma referência?

Era uma referência, o Pasquim foi uma referência muito importante. Tem a revista Realidade e o Pasquim nessa geração. A Veja também foi uma referência, mais política, inclusive, mas o Pasquim era idolatrado, sabe. Era um escape dentro da ditadura. Era muito importante o Pasquim para a gente. E ali no Pasquim você começou a ver palavrão, uma certa irreverência nas entrevistas, entrevistas feitas em bar. Até então a gente achava que entrevista não podia ser em boteco. Aí começou-se a entrevistar em boteco. E tinha um reduto... Quero me lembrar. O Diário do Paraná tinha seu reduto, o Marins deve ter falado isso.

O Bar do Luiz?

O Bar do Luiz. E eu quero lembrar um episódio. Eu trabalhava no Estado do Paraná e a gente não frequentava muito o Bar do Luiz. A gente ia, mas não era hábito da gente. Aí um dia a gente resolveu mudar o rumo e fomos pra lá, já onze da noite fomos lá para o Bar do Luiz. E tinha o pessoal que era do Diário do Paraná. Aí o Marins... aí começou a vir o pessoal do Diário e olhar pra nós. E nós na mesa perto, um olhando para o outro. E naquela época o Parigot de Souza era governador e estava hospitalizado. O que que eles pensaram: acharam que nós fomos lá disfarçar,

que o Parigot tinha morrido e que o Estado do Paraná estava sendo rodado com a manchete e eles iriam levar furo. E o que eles ficaram fazendo? Eles ficaram se revezando para despistar a gente, ia para a redação e ficava vasculhando na cidade inteira... ligaram para deputado, polícia, hospital, para ver se o Parigot tinha morrido. A gente ficou sabendo muito tempo depois. Foi quando eu também fiquei sabendo que existia uma escada secreta, da redação do Diário para o Bar do Luiz. Se o Marins não contou, eu entrego. Saía de lá do bar e entrava. Então por aquela escadinha eles saíam, depois sumia, depois voltava, sabe? Eu me lembro do Jorge com certeza, do Marins, e um que morreu, depois vou lembrar. E eles ficaram desesperados. "Alguma coisa aconteceu e eles estão aqui disfarçando". Então isso era muito legal. Eu gostava dessa fase.

E como era essa rotina? Vocês saíam da redação...

A gente saía, às vezes em grupo, em dois ou três e ia pro bar.

Já umas onze horas assim?

É. Até antes. Quem saía antes já ia às oito, outros ia depois das nove. A turma do fechamento ia às onze, quando já tava fechado o bar. E quem ia às onze pegava o Bar Palácio com a turma da prostituição e de delegado de polícia. Esses nossos colegas da noite do Bar Palácio. Aí ia... Dificilmente se ia durante o dia. Ah, e também outro bar onde jornalistas iam, ali na XV, o Cometa, ali que quebrou pau, saía briga de...

O que aconteceu?

Eu não me lembro quem que brigou com quem. Mas tinha jornalista envolvido, fotógrafo. Quebrou todinho o bar. Quebramos o bar... Eu não, eu me escondi, fiquei só olhando e quebraram com cadeira, quebraram mesa e eu me lembro que eu fui tentar pagar conta, e isso era cedo, o Cometa não ia até tarde. E o pessoal: "Adélia, sua idiota, vai pagar conta? Ninguém tá pagando conta". E eu tentando desviar do cacos quebrados e tentando pagar a conta do bar Cometa. Alguns desses bares que a gente frequentava ainda existe. Mudou a razão social muda de nome, muda de

endereço. O Hermes ainda existe, mas mudou totalmente a personalidade. O Tortuga existe, mas ele não tem mais aquela turminha que ia. De vez em quando a gente aparece lá, que o dono é o mesmo. O Cometa acabou de vez, eu nem sei mais do Cometa. Aí o 21 acabou, o bar do Beto Batata acabou, o Retranca acabou... Os jornais estão acabando. E tem a prefeitura, os jornalistas da prefeitura também frequentavam os bares, não sei se o Marins se lembrou de algum, mas às vezes a gente se encontrava no Bife Sujo mesmo, tanto a turma da prefeitura... E bloco de carnaval que também surgia. Tinha um bloco do Bife Sujo, que saía do bar e tinha jornalista. Aí tinham as figuras da noite que saíam do bar da Mara. Aí tinha o bloco do porco Chauvinista, saiu, e foi até premiado. Era formado por jornalista, jornalistas e adjacências, essas figuras, sabe? Poeta, publicitário, bancário, sabe? Bancário também adora a noite, né; Também uma outra válvula de escape para eles. Então se achava tudo na noite. Eu não sei o teu ângulo que você tá usando, se é política, se é sacanagem...

É mais o lado político, mas se eu conseguir entrar nesse ambiente, e saber como era, já tá valendo. Toda a história é válida. Por exemplo, o que eu quero descobrir é se faz sentido para você, por exemplo, se esses encontros em bares eram uma forma de resistir à ditadura.

Não era bem uma resistência formal, entendeu? Era uma coisa mais psicológica mesmo. Trinta anos depois que você percebe, enxerga aquilo. Perceber que era uma válvula de escape, uma resistência, um grito de liberdade. Mas quando você está vivendo isso, você não percebe. Você percebe até como uma coisa normal "vou pro bar". Eu me lembro que na redação tinha, periodicamente, ia médico pra fazer exame de saúde, e uma das perguntas era "você bebe?". Aí eu falei pra médica "eu bebo", "esporadicamente, né?", "não, quando eu saio a gente vai pro bar", "mas isso não é sempre né?", "é sempre", "eu não vou colocar isso". E ela não colocou porque ela não queria determinar um alcoolismo na turma. E tinha alcoolismo sim. Os alcoólatras diziam "Adélia, não fala que a gente vai em bar para a doutora". E agora quem não é alcoólatra, vai e bebe e não tem o menor problema. Agora quem tem problema, tem problema e a turma tinha problema de alcoolismo muito. Eles morreram de cirrose. Cigarro também. Era a fase do cigarro e biritá. Droga não era muito... Quem era de cachaça não era muito de droga. Não sei por que, ou por que não tinha dinheiro,

jornalista nunca teve dinheiro pra droga pesada. Então ia na biritá mesmo. E se fumava muito. Meu Deus, como se fumava. Se fumava na redação e no bar. E uma coisa interessante é que os diretores iam juntos nos bares. Não era uma coisa assim, só a ralé. Eu me lembro demais, o Mussa, que era diretor do Estado do Paraná ia sempre com a gente, o Francisco Camargo ia sempre também. Na televisão eu trabalhei... todos meus editores na televisão, não só de jornal, iam também nos bares. E tinha até um bar, que o apelido era "Repolho", porque ficava perto do Mercado Municipal. Aí, ali já nem era bar, já era prostituição mesmo. E é isso aí. Queria lembrar mais de casamentos desfeitos e refeitos, tinha tudo isso também.

Você casou várias vezes, né?

Quatro.

E aí?

Desses casamentos, só um o marido foi encontrado em bar. Os outros foram todos de redação mesmo, que depois ia pra bar. Eu não me lembro de quem mais de jornalismo que encontrou marido em boteco, eu não consigo lembrar. Porque a gente casava muito entre si... Muito de redação, igual advogado, que casa com juiz.

É que eu acho que o jornalista se entende daí, né, porque tem uma pauta...

Ah, e tem outra. Jornalista de um jornal não se entende com outro, e jornalista de uma cidade não se entende com outra. Era muito coisa de grupo, de tribo, impressionante isso. Então daí tinha tribo... Depois eu fui trabalhar em sucursal, era tribo das sucursais. Então era sucursal da Veja, do Estadão, da Folha de S. Paulo, do Globo, do Jornal do Brasil e daí a gente já frequentava outro bar. Aí ia lá no Scavollo...

Acho que foi o Manfredini que me falou que o Jornal do Brasil era mais....

Ah, é. O Jornal da Condessa, eles tomavam uísque, entendeu? No máximo o que a gente tomava era uma caipirinha. Mas o jornal da Condessa, tinha que ser uísque puro. E nos bares, tinha muito músico também... As jornalistas, os jornalistas

casavam com músicos, artistas também. Dava de tudo. Mas eu acho que a ditadura também influenciou de você ir para boteco. Você não podia se reunir. Reunião era proibida. Juntava três pessoas já era subversão.

Vinha abordar assim.

É, era proibido. Não vinha nem abordar. Era proibido e pronto, acabou. Então boteco era uma saída.

Por que era uma desculpa?

É, de você conversar, sair, se ver, e se trocava pauta mesmo. Se discutia política, assuntos do cotidiano, né. Na época, bem botequeira, eu era repórter policial. Aí pra mim aquele ambiente da noite era normal. Hoje eu não quero dizer que seja melhor, mas é mais saudável. Hoje não se fuma mais em bar. Hoje se toma café de tarde. O máximo era comer uma coalhada na Confeitaria das Famílias e assim mesmo o horário não permitia. Se ficava muito em jornal. A gente ficava mais de 8 horas dentro do jornal. Então a gente saía a noite. Aí quando saía do jornal ia pra... continuava a turma. Havia uma morosidade. Uma afeto. Havia um afeto entre a gente. Isso era bem legal mesmo. De a gente querer viajar junto. Saía do bar "vamos pra Porto Alegre?", tem uma turminha que fez isso. Pegou um fusca e foi pra Porto Alegre. Foram pra santa Catarina, para as praias de Santa Catarina. Então havia esse desejo de... no carnaval a gente pulava junto, ia na "Bem bolada". Tinha um bar que era reduto de carnaval. Operário e Sociedade Batel, na Sociedade Batel tinha o carnaval das "Bem bolada". No Operário era dos travestis. Então nós jornalistas também íamos no carnaval para se encontrar nesse lugares.

E quem era sua tribo?

Então, era a turma... A primeira parte da minha tribo era a turma da TV. Eu trabalhei na TV Iguaçu, então minha primeira turma já era do Bar Palácio também. Sabe que como a televisão era o mesmo dono, que é do Estado do Paraná, então a minha tribo era Estado do Paraná e a televisão. Aí a minha segunda tribo foi de sucursal, porque eu fui trabalhar no Estadão, aí a minha segunda tribo foi... Mas eu sempre transitei

em todas as tribos, nunca tive preconceito nem com rico nem com pobre. Frequentava todos

E ser mulher nesses ambientes, por que era um ambiente bem masculino, a princípio.

É, e nós mulheres temos o nosso lado machista, sabe. Então a gente imitava o lado pior dos meninos, que é fumar, beber, falar alto, xingar, falar palavrão e isso aconteceu com a gente.

Era para ser aceito?

Era para ser igual. Porque... O salário era inferior. Sempre foi, até hoje, salário de mulher é inferior ao dos homens. Não sei porque eles achavam, que homem tinha esposa, filho para criar e a gente... Era uma visão machista. Mas os meninos gostavam muito da gente. Os meninos de redação, os fotógrafos, eram companheiros, sabe? Era muito legal, muito legal mesmo. E não sei... Isso não tem hoje. Não tem essa afetividade, esse desejo de companheirismo que tinha. Talvez havia uma política muito forte, uma tortura muito forte nesse país, era uma coisa horrível. Então, passar pelos governo Médici, Geisel, Figueiredo, eu acho que isso provocou um certo amor. Havia uma união. Você não despedia alguém do jornal impunemente. O Manfredini me despediu e teve que reaceitar numa reunião no Bar Palácio de volta. Ele era chefe de reportagem no Estado do Paraná e eu era repórter. E daí a gente tinha marcado uma reunião que iríamos discutir uma cartilha de redação. Nós queríamos formar, fazer uma redação e tal. De texto, um monte de coisa. E daí já tava tudo certo, a gente ia se encontrar no Bar Palácio para discutir isso e ele decidiu ir no jogo do Atlético. E daí o que aconteceu? Eu fiquei brava e falei um palavrão... Normal, né. Aí ele não gostou. E então ele me despediu na hora, é claro. Você mandar o chefe para a puta que pariu... Por mais liberal que você seja, você está sujeita a ser demitida. Aí eu fui demitida. E a redação toda ficou do meu lado. Teve um encontro no Bar Palácio, que me levaram lá e o diretor me mandou ficar em casa. "Vamo lá", e acertamos os ponteiros. E aí eu fui readmitida.

E as reuniões eram no bar então?

É isso que eu tô falando, o bar servia de extensão da redação.

E como era ser jornalista na época da ditadura?

Terrível. Hoje, com a liberdade "meu Deus, o que os jornalistas estão fazendo com sua liberdade?". Porque virou só liberdade do patrão, sabe. Antes, com a ditadura, eu acho que a gente tinha até mais liberdade, se faziam pautas mais interessantes, para burlar isso aí. Mas você não podia falar que índio estava morrendo, que a quantidade de uma... por exemplo, se entrassem em um banco e roubassem, primeiro que era difícil você contar que um banco foi assaltado, e depois, você não podia dizer a quantia do que foi roubado. Foi aí que surgiu a famosa expressão "vultosa quantia", porque você não podia dizer quanto. E eu posso falar dessa área, porque eu era repórter policial, e muitos crimes, muita coisa aconteciam e a gente não sabia, e só sabia quando a censura mandava dizer que não podia noticiar. Então sequestro mesmo, o filho do Cecílio Rego Almeida não podia noticiar. Não podia, e não podia mesmo. E tinha censor na redação.

E eles ficavam lá falando que não pode...

É, vinha por escrito, um aviso. Por exemplo, revistas eróticas. Não podia aparecer dois seios nus. Só um podia. Umas coisas absurdas, né. Então filmes censurados, proibidos, ou então proibidos para menores de 18. Então foi bravo.

Você lembra desse caso de ter censor na redação?

No canal 4, o censor foi instituído pelo Paulo Pimentel que era o João Féder. Ele fazia uma censura prévia. Já se sabia... Porque vinha o recado, por fax. Um aviso: "não pode falar disso. Não pode falar do sequestro. Não pode...". E ao mesmo tempo o João Féder olhava as matérias para ver se não tava afetando... porque o Paulo Pimentel era político. O censor para fotos de filmes... Vinha dizendo "não pode publicar essa foto". Não era fácil não. Eu trabalhei na Veja. Veja sendo apreendida em banca. Os bons tempos da Veja, né. Porque hoje ela faz o serviço...

Ouvi falar que você era a musa dos bares.

Eu ia no bar, mas que eu era musa... Fica por conta da fantasia deles.

Não tinha garçom que se apaixonava por você?

Olha, teve um garçom. Ele não me apaixonou, mas ele me deu de comer. Acho que é Dario o nome dele. É impressionante a história desse rapaz. Tinha uma lanchonete chamada "quick lanches", na rua XV. Eu chegava lá, eu tinha três reais pra tomar sopa, uma canja. Era no máximo assim, uma vez por semana. O que ele fazia? Era um lugar que tinha lasanha, a mais gostosa dessa cidade, se sobrava lasanha, ele ia empurrando para perto de mim no balcão, pra eu comer a lasanha. Ele me alimentou. Passaram anos, anos, eu estava na reportagem policial, parei num posto de gasolina e ele tava cuidando da lanchonete do posto. Falei "menino, que bom te ver aí". Mas se era por paixão que ele me dava lasanha eu não sei, mas que aquilo salvou a minha vida, salvou. Agora, eu namorei e casei com o Luizinho, que era maitre da boate "Ari Para-raio".

Não conheço essa.

Não tem mais. Foi no período de teatro. Aqui teve a boate Guarda-chuva e a boate Para-raio. E o Luizinho depois de tornou fotógrafo, mas uma época ele foi maitre da boate. E nessa boate frequentava os desembargadores, juízes e todo mundo. Agora, se tem algum garçom aí, me conta. O Manfredini eu fui casada; eu sou comadre do Marins; do Mazzinha, todo esse pessoal, a gente até hoje se encontra nos bares aí.

Hoje vocês ainda se encontram?

Tem o Bar do Staurt, né, que está a venda lá, que eles frequentam. Eu, da noite eu parei.

Por que?

Porque uma hora você vira bisavó, aí tem que parar um pouquinho. Eu parei por causa do... É, porque cansa. A turma já não é mais a mesma, você não encontra mais

aquelas pessoas. Não tem mais de quem falar mal. Porque jornalista é muito... Se encontra para falar mal dos outros.

Qual era teu bar?

Eu gostava do Bar Palácio. Se comia muito bem lá. Então eu ia lá. Gostava da Mara, do bar da Mara. O Bar do Cardoso, não posso me esquecer do bar do poeta Cardoso, pelo amor de Deus, que também foi um dos últimos redutos nosso ali dos anos 80 que a gente ia muito lá. Muito, muito. E o Bar do Cardoso, que era desses bares que te permitia ir sozinha. Não havia necessidade de ter um namorado, marido, alguém. Você ia lá numa boa.